

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ GUILHERME RODRIGUES SANTOS

A EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE POBREZA NA DEMOGRAFIA SOCIAL E
ECONÔMICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE SOBRE A
PANDEMIA DE COVID-19.

CURITIBA

2023

LUIZ GUILHERME RODRIGUES SANTOS

A EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE POBREZA NA DEMOGRAFIA SOCIAL E
ECONÔMICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE SOBRE A
PANDEMIA DE COVID-19.

Monografia apresentada como requisito parcial para à
obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciências
Econômicas. Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Angela Welters

CURITIBA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

Dedico este texto à memória de minha amada mãe, Andréia,
a quem a COVID-19, covardemente, tirou de mim tão cedo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à instituição de ensino Universidade Federal do Paraná, pelo compromisso com a educação pública de qualidade. Estendo este agradecimento a todos os funcionários e colaboradores do setor de Ciências Sociais Aplicadas. Em especial, agradeço ao curso de Ciências Econômicas, por todas as oportunidades e aprendizados que vivi durante os anos de graduação.

À minha família, Luiz Fernando, meu pai, e Fernanda Heloise, minha irmã, por todo o suporte afetivo e material que recebi de vocês em toda a minha vida. Agradeço não só por entenderem e apoiarem quando decidi mudar de cidade e estado, mas também, por me fazerem sentir que eu sempre teria um lar para voltar. Sem o apoio de vocês, eu não chegaria até aqui e, por isso, deixo registrada a minha eterna gratidão. Gostaria de agradecer, em especial, minha mãe, Andréia, que faleceu em 2021, mas que sei que estaria vibrando junto a mim esta conquista. Lembro-me das palavras que você me disse no dia que fiz a matrícula na universidade, as quais jamais esquecerei, pois foram eternizadas em meu coração. Obrigado por acreditar em mim, esta vitória também é sua.

Agradeço ao meu companheiro, João Pedro Menezes, por ter sido minha sustentação emocional durante todos os anos de graduação. Obrigado por ter me incentivado a prestar o vestibular, pela paciência em me ajudar com temas acadêmicos diversos e por não ter saído do meu lado nas noites afora utilizadas para a conclusão deste trabalho. Obrigado, principalmente, por vibrar comigo cada conquista e por não me deixar desistir nos momentos que senti medo e solidão. Sou grato pela pessoa incrível a qual tenho o prazer de partilhar a vida.

À professora e orientadora deste trabalho, Angela Welters, pelo comprometimento com a educação e com seus alunos. Sou grato pelos ensinamentos partilhados nas três disciplinas em que fui seu aluno. Agradeço por ter acolhido o tema que propus estudar e por todas as instruções durante o desenvolvimento deste trabalho. Saiba que a minha admiração e carinho vão além das salas de aula.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos, que fizeram desta experiência algo singular: Laura Carvalho, Jéssica Gomes, João Paulo Nascente, Victória Rocha, Victor Moraes, Bianca Chelou, Mel Musumeci, Allana Natasha, Bianca Sauer, Letícia Siqueira e Yago Dias. Obrigado pelas trocas incríveis e por tornaram todos os meus dias melhores. Os momentos que vivemos juntos jamais serão esquecidos.

RESUMO

A América Latina é uma região historicamente marcada pelo cenário de pobreza e desigualdade social. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma pandemia global, o que marcou os anos seguintes por consequências sanitárias, sociais e econômicas em todo o mundo. Dentre as consequências sociais, o presente trabalho tem o objetivo de identificar e compreender como evoluíram os indicadores de pobreza nos países latino-americanos. Para isso, o trabalho traz o conceito de pobreza e, em sequência, realiza uma análise sócio-histórica da evolução do indicador na região, mostrando como se comportavam antes da pandemia e, finalmente, comparando-o à situação atual do problema. São utilizados dois indicadores para a mensuração da pobreza: Linhas de pobreza e pobreza extrema e Índice de Pobreza Multidimensional. Os indicadores foram estabelecidos a fim de não ter uma visão da pobreza somente pela lógica da renda, mas também, pela lógica da dificuldade de acesso a recursos vitais. Os resultados obtidos nos dois indicadores são comparados entre os próprios países latino-americanos e ao restante do mundo. Conclui-se que a pandemia intensifica um cenário de aumento de pobreza na América Latina, que já era observado desde o ano de 2015. Este aumento faz com que a região da América Latina seja a mais afetada do mundo pelas consequências socioeconômicas da COVID-19 e expõe o risco global de não cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número um da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, dado o aumento da pobreza global durante a pandemia.

Palavras-chave: América Latina; Pobreza; Linhas de Pobreza; Pobreza Multidimensional; COVID-19.

ABSTRACT

Latin America is a region historically marked by a scenario of poverty and social inequality. In March 2020, the World Health Organization (WHO) classified COVID-19 as a global pandemic, which marked the following years by health, social and economic consequences throughout the world. Among the social consequences, the present work aims to identify and understand how poverty indicators have evolved in Latin American countries. For this, the work brings the concept of poverty and, in sequence, performs a socio-historical analysis of the evolution of the indicator in the region, showing how they behaved before the pandemic and, finally, comparing it to the current situation of the problem. Two indicators are used for the measurement of poverty: Poverty and Extreme Poverty Lines and the Multidimensional Poverty Index. The indicators were established in order to have a view of poverty not only through the logic of income, but also through the logic of the difficulty of access to vital resources. The results obtained in the two indicators are compared between the Latin American countries themselves and the rest of the world. The conclusion is that the pandemic intensifies a scenario of increasing poverty in Latin America, which had already been observed since 2015. This increase makes the Latin American region the most affected in the world by the socioeconomic consequences of COVID-19 and exposes the global risk of non-fulfillment the Sustainable Development Goal number one of the United Nations 2030 Agenda, given the increase in global poverty during the pandemic.

Keywords: Latin America; Poverty; Poverty Line; Multidimensional Poverty; COVID-19.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PIB por país ou região mundial em 2020, em pontos percentuais (p.p.).....	26
FIGURA 2 – Número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema no mundo, 2015 – 2018 e projeções de 2019 – 2022.....	30
FIGURA 3 – Projeções do número de pessoas em situação de pobreza extrema na América Latina, 2015 – 2022	39
FIGURA 4 – Estrutura dos índices de pobreza multidimensional	41
FIGURA 5 – Perfis de pobreza mais comuns entre a população pobre no mundo	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução da pobreza e pobreza extrema latino-americana, 2000 – 2019, em milhões de pessoas	22
GRÁFICO 2 – Evolução da pobreza e pobreza extrema latino-americana, 2000 – 2019, em percentual	23
GRÁFICO 3 – Evolução do índice de Gini na América Latina, 2000 – 2020	24
GRÁFICO 4 – Evolução percentual das linhas de pobreza latino-americana, 2019 – 2021 e projeções de 2022	28
GRÁFICO 5 – Privações da pobreza multidimensional no mundo, em milhões de pessoas...	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dimensões da pobreza multidimensional nos países latino-americanos.....	43
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População em situação de pobreza nos países latino-americanos, percentual, 2015 – 2021.....	34
TABELA 2 – População em situação de pobreza extrema nos países latino-americanos, percentual, 2015 – 2021	35
TABELA 3 – Número de pessoas vivendo em pobreza extrema em regiões do mundo, a preços de 2011, em milhões de pessoas, 2015 – 2019	37
TABELA 4 – Percentual da população vivendo em situação de pobreza extrema em regiões do mundo, a preços de 2011, 2015 – 2019	38
TABELA 5 – Pobreza multidimensional na América Latina, por dimensão de privação.....	45
TABELA 6 – Pobreza multidimensional no mundo, por dimensão de privação	49

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	–	Comissão Econômica dos Países da América Latina e Caribe
COVID-19	–	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
G20	–	Grupo dos 20
IPM	–	Índice de Pobreza Multidimensional
ODS	–	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	–	Organização Mundial da Saúde
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OPAS	–	Organização Pan-Americana de Saúde
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNAD	–	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA.....	11
2	A POBREZA E A AMÉRICA LATINA.....	17
2.1	POBREZA: A COMPLEXA CONCEITUAÇÃO DO PROBLEMA.....	17
2.2	A POBREZA HISTÓRICA NA AMÉRICA LATINA.....	19
2.3	OS IMPACTOS DO AGRAVAMENTO DA COVID-19	26
3	IDENTIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA	32
3.1	LINHA DE POBREZA E POBREZA EXTREMA	32
3.1.1	Linhas de pobreza e pobreza extrema na América Latina	34
3.1.2	Linhas de pobreza e pobreza extrema: América Latina e o restante mundo	37
3.2	ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL.....	40
3.2.1	Índices de Pobreza Multidimensional na América Latina	43
3.2.2	Pobreza multidimensional: América Latina e o restante mundo	46
4	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A propagação do vírus SARS-CoV-2 teve significativo impacto nas economias mundiais, cenário que marcou o ano de 2020 por um período de profunda recessão. Na América Latina, região já historicamente marcada por uma perspectiva de intensa desigualdade e pobreza, o cenário não foi diferente: a recessão econômica e a crise sanitária foram responsáveis por precipitar um cenário ainda mais grave do que o dos anos 1930 (SALAMA, 2020a). A pandemia ocasionada pelo vírus expôs a civilização ao combate de uma crise não só sanitária, mas também social e econômica (CEPAL, 2021a).

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2022, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que existam mais de 750 milhões de casos de COVID-19 registrados no mundo, além de mais de 6,8 milhões de mortes em decorrência do vírus (OMS, 2022). Em dezembro de 2022, o Brasil apresentava o segundo maior número de óbitos do mundo pela doença, com mais de 697 mil mortos, atrás apenas dos Estados Unidos da América e sendo seguido pela Índia (OMS, 2022). Os três países estão entre os dez mais populosos do mundo, sendo o Brasil, na região da América Latina e Caribe, o país com maior número de habitantes.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), antes da pandemia de COVID-19, a pobreza, pobreza extrema e a desigualdade na distribuição de renda já enfrentavam avanços na região. Desde 2014, a pobreza tende ao crescimento na região, registrando 33,7% da população nesta condição, o que equivale a mais de 201 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. A pobreza extrema, em oito anos, mantém sua tendência ao aumento, dobrando em relação a 2014, chegando à marca de 14,9% da população, o que corresponde a 82 milhões de pessoas nessa situação, apesar das iniciativas fiscais colocadas em prática para a região (OPAS, 2022). Além disso, em relação ao indicador de distribuição de renda, em 2022, o índice de concentração de Gini aumenta em média 0,7%, confirmando certa tendência à desigualdade social na região (OPAS, 2022).

Levantar estes dados referentes ao impacto da pandemia ajuda a visualizar o cenário ocasionado pela COVID-19 na região. Entretanto, a crise pode ser vista por diversas dimensões (SALAMA, 2020a). Neste estudo, a análise foca, especialmente, em suas consequências sociais:

em termos de riqueza e renda da população, a crise afeta, principalmente, os mais vulneráveis, ou seja, a classe mais pobre. Em seguida, afeta – um pouco menos – a classe média e, por último e em menor escala, afeta a parte da população mais favorecida economicamente, os mais ricos (SALAMA, 2020a).

Especificamente para a situação latino-americana, a situação de crise econômica enfrentada diante da COVID-19 não surgiu sem precedentes. Em alguns dos países latino-americanos, como é o caso da Argentina, México e Venezuela, por exemplo, a recessão não se inicia junto com a pandemia de COVID-19 (SALAMA, 2020a). Em 2019, estes países já apresentavam o cenário de recessão econômica. Em outros países latino-americanos, o cenário de estagnação de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita também já era esperado. Ou seja, a pandemia não necessariamente cria uma situação de crise econômica nos países latino-americanos, ela apenas a potencializa (CEPAL, 2022a).

A crise ocasionada pela pandemia de COVID-19, como qualquer crise, acentua a desigualdade de renda, ou seja, mais pessoas em situação de pobreza, aumento da informalidade no trabalho e, possivelmente, instabilidade política e mais violência nas regiões (SALAMA, 2020a). Diante deste cenário, como consequência de suas recessões e da crise pandêmica, quase todos os países da região da América Latina, incluindo Brasil, México e Argentina, sofrem uma tendência à estagnação das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (SALAMA, 2020a). Entretanto, a longo prazo, esta tendência não se manifesta de forma igual para todos os países, difere-se de um país para outro.

Quanto ao cenário de pobreza no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 736 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza extrema em 2015 (ONU, 2015a), ano da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este número representa dez por cento da população mundial vivendo nesta condição. Além disso, 1,3 bilhões de pessoas encontravam-se em situação de pobreza multidimensional (ONU, 2015a). A erradicação da pobreza extrema é a meta número 1 da Agenda 2030 da ONU e para isso, é necessário garantir condições a homens e mulheres para que tenham direitos e acesso a recursos econômicos, em especial os pobres e vulneráveis (ONU, 2015a).

A Agenda 2030, adotada em 2015 pelos Estados membros da ONU, prevê a adoção de medidas a fim de garantir o cumprimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de 17 objetivos estabelecidos com o objetivo de assegurar o desenvolvimento para as

pessoas e meio ambiente (ONU, 2015b). O ODS 1 trata do compromisso com o fim da pobreza, através da erradicação de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, dada a linha monetária de US\$ 1,90 por dia, bem como redução da pobreza em todas as suas formas até 2030. Este um dos maiores desafios da humanidade (ONU, 2015b). Esta responsabilidade envolve aumentar os recursos e serviços básicos, além de apoiar a população afetada por conflitos e desastres relacionados ao clima (ONU, 2015b). A pandemia de COVID-19 e outras crises globais, entretanto, prejudicam o desenvolvimento deste objetivo e representam um retrocesso em termos globais no combate à pobreza.

A pandemia desencadeou um cenário de crise na economia global não visto há mais de um século (BANCO MUNDIAL, 2022a). Com o cenário de crise mundial, perda de empregos e o incentivo ao isolamento social, os governos, através do pagamento de auxílios, buscaram formas de amenizar os efeitos da situação pandêmica. Entretanto, os recursos fiscais limitados impactaram na capacidade dos governos de promover apoio fiscal a famílias e empresas (BANCO MUNDIAL, 2022a). Por conta disso, os governos focaram seus esforços à mudança da situação da receita do país, antes mesmo de que os parâmetros de renda e emprego tivessem sido recuperados completamente. Na maioria dos países emergentes, os pagamentos de auxílios governamentais não foram capazes de compensar a perda de renda da população a longo prazo. Além disso, o acesso ao auxílio varia consideravelmente entre os grupos populacionais e não chega àquelas famílias empregadas no setor informal (BANCO MUNDIAL, 2022a).

Estes esforços no aumento da receita, incluindo cobrança de impostos, gera pressão sobre o balanço financeiro das famílias e empresas, ameaçando os ganhos históricos obtidos na última década, quanto à redução da pobreza mundial (BANCO MUNDIAL, 2022a). Os déficits fiscais e aumentos representativos na dívida interna dos países, associados a uma alta da inflação, impõem-se mais fortemente sobre os mais pobres. Este acesso desigual enfraquece o poder de compra das famílias no longo prazo e resulta no aumento da pobreza e da desigualdade, especialmente em economias de baixa e média renda (BANCO MUNDIAL, 2022a).

Além do aumento da dívida global, outros indicadores também chamam a atenção para riscos latentes na economia: em 2020, cinco países não cumpriram suas obrigações com credores externos, sendo a média histórica da última década de dois países a cada ano, além de que mais da metade dos países elegíveis à iniciativa do Grupo dos 20 (G20) de suspensão do serviço da dívida apresentam alto risco de ter problemas com endividamento (BANCO MUNDIAL, 2022a). Trazer

estes dados é importante para ressaltar que a pandemia de COVID-19 impõe uma condição, tanto social quanto econômica, de fragilidade para o mundo inteiro, não sendo uma condição exclusiva da América Latina.

Analisando parâmetros socioeconômicos, a nível mundial, a América Latina e Caribe é a região que foi mais afetada pela pandemia de COVID-19 (CEPAL, 2022a), registrando, em 2020, o seu maior aumento anual, em pontos percentuais, de pessoas em condição de pobreza e pobreza extrema da última década. A contribuição esperada, com a realização deste trabalho, é fornecer uma melhor compreensão, através de pesquisa científica realizada acerca da temática, sobre como o cenário de desigualdade, em um contexto pandêmico, atinge as economias latino-americanas, como os países são impactados entre si e, principalmente, quais medidas poderiam e ainda são possíveis de serem tomadas para reduzir o cenário avassalador em que os países da América Latina se deparam após dois anos do surgimento do vírus.

Para estudar a evolução da pobreza na região, o trabalho apoia-se em dois índices de pobreza distintos: Linhas de Pobreza e Pobreza Extrema e Índice de Pobreza Multidimensional. Além disso, este estudo se dividirá em duas etapas. A primeira consiste em comparar a evolução da pobreza e pobreza extrema na América Latina. Para realizar uma análise mais detalhada da região, utiliza-se os índices de 4 países representativos no continente latino-americano, sendo eles: Brasil, Chile, Colômbia e México. A segunda etapa consiste em relacionar as médias latino-americanas com as respectivas médias mundiais, estabelecidas a partir de macrorregiões do globo.

Tratando-se de questões metodológicas, esta monografia concentra esforços em trazer uma revisão sobre o tema de pobreza na América Latina, bem como uma análise dos dados estatísticos dispostos pela CEPALSTAT, Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Toda a análise é baseada no contexto histórico e nos indicadores de pobreza acima listados. Trata-se de dois indicadores sociais, referentes à análise da unidimensional e multidimensional da pobreza. Além disso, o estudo traz dados sobre desenvolvimento da região, para maior elucidação dos indicadores. Baseado nas situações coexistentes de Pobreza e COVID-19 na região, o objetivo da monografia será explicar:

1. Os efeitos da pobreza e pobreza extrema, enfrentada pelos países da América Latina, com o agravamento da pandemia de COVID-19.

2. A evolução nos indicadores sociais de pobreza, supracitados, em relação ao restante do mundo, diante da crise pandêmica.

Além desta seção introdutória, este estudo contém quatro outros capítulos que serão apresentados na sequência.

O segundo capítulo será focado na construção de um referencial teórico, acerca das temáticas de pobreza, além de trazer o panorama latino-americano. Para isso, o capítulo irá se dividir em três subseções, iniciando pela conceituação de pobreza e dos principais fenômenos que advêm dessa definição, a pobreza absoluta e relativa. Em sequência, na segunda subseção, a pobreza será examinada e aplicada à situação da América Latina, mostrando a evolução histórica da pobreza na região, percorrendo todo o período de desenvolvimento econômico até o momento mais recente. Finalmente, a terceira e última subseção do capítulo, será contextualizada a situação de pobreza na região latino-americana, no período específico de 2020 a 2022, trazendo o conceito prévio de pobreza ao cenário marcado pela pandemia de COVID-19.

No terceiro capítulo, será tratada a análise dos índices de pobreza. De forma objetiva, conceitua-se os indicadores utilizados na análise, quais sejam: as linhas de pobreza e pobreza extrema e o índice de pobreza multidimensional. Em sequência, a fim de demonstrar o impacto do contágio em aspectos sociais e no consequente desenvolvimento econômico da região, apresenta-se os gráficos e tabelas com as interpretações para a situação latino-americana, de acordo com os quatro países que compõem o estudo: Brasil, Chile, Colômbia e México. Para tratar de Linhas de Pobreza, a informação será levantada através de bases de dados e publicações estatísticas da CEPAL (CEPALSTAT) – para trazer a situação latino-americana – e do Banco Mundial – para correlacionar ao restante do mundo. Tratando-se da Pobreza Multidimensional, os indicadores tomarão por base os dados da pesquisa mais recente divulgada pelo PNUD. O capítulo finaliza estabelecendo comparações entre a região da América Latina com o restante do mundo.

Finalmente, o quarto e último capítulo integra o estudo a fim de estabelecer as conclusões da monografia sobre o tema. Pretende-se demonstrar a assimetria dos efeitos da crise da região latino-americana em relação a outras regiões do mundo, ou seja, qual a influência da pobreza histórica e da recessão econômica, herdada pela pandemia, para a região da América Latina. Além disso, pretende-se pensar e revisar quais medidas deveriam ser adotadas a fim de uma possível

recuperação socioeconômica mais bem sucedida destas economias. O trabalho se encerra com as referências bibliográficas utilizadas.

2 A POBREZA E A AMÉRICA LATINA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a base teórica utilizada na análise conceitual deste estudo. O capítulo consiste na revisão de literatura a qual aborda a temática da pobreza, definindo-a e estabelecendo-a ao contexto latino-americano. A seção 2.1 inicia a análise definindo o indicador social, fornecendo o conceito de pobreza que será utilizado para a análise. Em sequência, a seção 2.2 aplica o conceito à região da América Latina, analisando, conceitual e historicamente, a situação dos países, antecedendo a pandemia de COVID-19. Finalmente, para complementar o capítulo, introduz-se a seção 2.3, que complementará o referencial teórico com informações a respeito da situação atual da pobreza na região, abarcando o impacto da pandemia nos países, dada a realidade socioeconômica demonstrada pela situação de COVID-19 na América Latina.

2.1 POBREZA: A COMPLEXA CONCEITUAÇÃO DO PROBLEMA

A definição de pobreza reflete o conceito de crescimento econômico assimétrico. A discussão sobre o tema é profunda e está relacionada à questão de pobreza absoluta e pobreza relativa, bem como à caracterização da insuficiência de renda como medida de análise. O fenômeno da pobreza é algo complexo (CRESPO; GUROVITZ, 2002) e compreendê-lo, para análise deste estudo, envolve não somente a sua definição, como, também, a sua forma de mensuração, dada as diferentes realidades sociais e econômicas da população.

Neste sentido, faz-se necessário a apresentação sistemática do conceito de pobreza. O fenômeno é conceituado como uma “situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006, p. 09). Esta definição, apesar de generalista, quando colocada em parâmetros sociais e contextos socioeconômicos, retornam em uma análise eficaz referente aos níveis de desenvolvimento. A análise coerente e cautelosa das diversas realidades sociais precede a conceituação de pobreza (ROCHA, 2006). Portanto, não é possível determinar métodos de mensuração de pobreza excluindo a lógica socioeconômica.

O fenômeno da pobreza não se refere, apenas, ao desprovimento de condições materiais de bem-estar, como também à privação de ter condições suficientes para viver dentro de parâmetros aceitáveis e dignos socialmente (CODES, 2008). A pobreza é um conjunto de dificuldades sociais mais amplo, que corresponde aos níveis de desenvolvimento tanto social quanto produtivo. Na

sequência, a conceituação das perspectivas de pobreza será discutida, iniciando pela perspectiva das noções de pobreza absoluta e relativa.

O conceito de pobreza absoluta está intimamente relacionado a tópicos de necessidades mínimas para manter a vida, mais especificamente, à questão de sobrevivência física (ROCHA, 2006). Desta forma, a pobreza absoluta apropria-se, exclusivamente, do aspecto de renda como critério de determinação entre os pobres e não pobres, através da linha de pobreza. A visão de vulnerabilidade a partir de critério de renda apresenta uma noção unidimensional, que reflete a condição das economias monetizadas, propostas através da lógica de trocas mercantis.

O fenômeno de pobreza absoluta apresenta limitações conceituais por sua definição, dado que sua análise contabiliza a pobreza somente através da renda necessária para atendimento de necessidades básicas. Este conceito, por sua vez, deixa de analisar fatores importantes para o condicionamento da pobreza, que estão mais intimamente relacionados a questões culturais e sociais, mesmo que o mínimo para a sobrevivência já esteja sendo garantido. Não há, entretanto, uma limitação definida para a diferenciação de pobreza absoluta e relativa, com finalidade empírica (ROCHA, 2006).

As temáticas de pobreza e desigualdade, embora não exclusivas do capitalismo (ESTENSSORO, 2003), ganham destaque no cenário das ciências políticas, sociais e econômicas devido ao “modelo econômico predominante (o chamado *ajuste neoliberal*, por exemplo)” (ESTENSSORO, 2003, p.14). Por isso, comumente, utiliza-se a renda como um fator para a determinação da pobreza, entretanto é importante salientar que este não é considerado como único. Afinal, a pobreza é um “fenômeno multidimensional e complexo” (CODES, 2008, p. 07). Abordar a renda como um retrato do cenário de pobreza exclui outras facetas do indicador social, que, por sua vez, são fundamentais para a compreensão do fenômeno.

Referindo-se, ainda, à definição pobreza absoluta, caracterizam-se os conceitos de pobreza absoluta primária e secundária. A primária refere-se à indigência, indicando haver ameaça à subsistência física (ESTENSSORO, 2003), o que representa níveis críticos como habitação, alimentação e vestimenta. A secundária apoia-se no conceito de necessidades imprescindíveis, ou seja, que o reflexo da pobreza não garante, fundamentalmente, o acesso a condições culturais e sociais mínimas, havendo “marginalização na vida social normal” (ESTENSSORO, 2003).

A concepção do fenômeno da pobreza relativa define-se “como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam

condições favoráveis de emprego ou poder” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 04). A pobreza relativa ocorre em condições em que o básico necessário à vida é garantido, porém insuficiente para a satisfação do indivíduo em seu modo de vida em sociedade. Incorpora-se uma análise social e cultural, que definem a pobreza em função da conjuntura social em que se está inserido (CODES, 2008). A questão da pobreza relativa perpassa a privação puramente material, estabelecendo uma clara relação com parâmetros de desigualdade e distribuição de renda (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Para além, o conceito introduz variáveis mais complexas para a análise, do que apenas a renda como determinação da pobreza. A pobreza relativa é uma forma mais adequada para análise dos indicadores de pobreza, uma vez que a sua lógica evidencia, além da desigualdade, parâmetros que incluem as relações sociais, como condições dignas de trabalho e saúde, por exemplo. Entretanto, a lógica de pobreza absoluta, isto é, produto da insuficiência de renda, tem melhor aceitação e mais popularidade, tanto em países ricos como em países pobres. Ou seja, indicadores de sobrevivência física ainda são importantes e de relevância para a análise da pobreza (ROCHA, 2006). A seção a seguir, aplica os conceitos de pobreza supracitados no cenário latino-americano.

2.2 A POBREZA HISTÓRICA NA AMÉRICA LATINA

A pobreza na região da América Latina é uma questão central. A região é afetada, historicamente, pela questão da evolução da pobreza, embora seja mais enfática e intensa em alguns países da região do que em outros. Ao analisar o desenvolvimento das economias latino-americanas, esta seção tem o objetivo de juntar o conceito de pobreza, analisado na seção anterior, ao contexto social e econômico da região, buscando estabelecer relações entre estes fatores e o desenvolvimento capitalista no período que antecede o início da pandemia de COVID-19.

Historicamente, associa-se à pobreza na região, o fato de o processo latino-americano de desenvolvimento econômico ser atrasado em relação ao restante do mundo. Este processo econômico está relacionado à industrialização tardia na América Latina. Para Furtado (2004), é necessário ter como ponto de início a maneira de inserção das economias latino-americanas no cenário internacional, para descrever estudos sobre os fenômenos do subdesenvolvimento. Apesar da rápida inserção de economias pré-capitalistas latino-americanas no mercado mundial no final do século XIX, devido suas particularidades relacionadas ao processo de colonização hispânica e

da significativa disponibilidade de recursos primários (FURTADO, 2004), o processo de desenvolvimento econômico na América Latina é complexo.

Partindo para um segundo momento do desenvolvimento econômico, o processo de industrialização na América Latina é subdividido em duas fases distintas: a industrialização sendo induzida pelo crescimento das exportações e a industrialização por substituição de importações (FURTADO, 1978). Enquanto a primeira é resultante de uma expansão do comércio de produtos manufaturados, o segundo destaca as modificações resultantes do colapso provocado pela crise de 1929. Para Furtado (1978), tais modificações induzidas pela crise tem consequências profundas no processo de evolução das economias latino-americanas.

O processo de desenvolvimento e a sua intensidade dependem da eficácia e da plasticidade das estruturas econômicas (FURTADO, 1978). No caso latino-americano, a industrialização por substituição de importações minimizou as modificações sobre as estruturas econômicas, criando um clima de resistência, no âmbito social, às mudanças. Entretanto, não havendo expansão da renda monetária, o processo não se concretizou propriamente (FURTADO, 1978). Cabe ressaltar que o processo de industrialização latino-americano ocorre somente no século XX, em significativo atraso à Revolução Industrial, que inicia no final do século XVIII. Este desenvolvimento tardio da América Latina, sem o acompanhamento do crescimento da renda nominal, cria pressões inflacionárias e obstáculos que, futuramente, vem a refletir, mesmo que indiretamente, no cenário de pobreza na região.

A gravidade e a urgência dos problemas sociais advindos do fenômeno da pobreza afetam os países latino-americanos em diferentes intensidades, dadas as questões relacionadas ao acesso ao trabalho formal, à educação, à capacidade de organização dos países diante do cenário comercial internacional, corrupção, baixos salários e a questão do desemprego (KLICKSBERG, 2002). Em razão disso, o conceito da pobreza está diretamente correlacionado ao da desigualdade social (KLICKSBERG, 2002). Não raramente, os conceitos são coletivamente utilizados a fim de análises do parâmetro do desenvolvimento humano em determinada região. Apesar deste trabalho focar na análise da pobreza em específico, entender a respeito do conceito da desigualdade reflete em uma análise fundamental para a construção da imagem e do contexto latino-americano.

As desigualdades sociais na América Latina são diversas. Para esta análise, cabe citar: desigualdade entre ricos e pobres; entre homens e mulheres; desigualdade de acordo com a cor da pele; entre as condições de emprego formal e informalidade e desigualdades de renda, no geral

(SALAMA, 2020b). Além disso, estes países apresentam distribuição de renda extremamente desigual aos países avançados, sendo que nenhum dos países latino-americanos implementou quaisquer reformas em sua tributação para redução da desigualdade (SALAMA, 2020b). Estima-se que o indicador de Gini, depois dos impostos diretos e das transferências sociais, caia entre dez e quinze pontos em economias avançadas, em uma escala de 1 a 100, enquanto, na América Latina, cai apenas dois pontos (SALAMA, 2020b). Isto é apenas um breve retrato da situação latino-americana, quando colocada em comparação com o restante do mundo.

Quando se trata de América Latina, não se pode generalizar a situação para toda a região, entretanto, é possível traçar um perfil em comum para alguns dos principais problemas enfrentados por estes países. Para Salama (2020b), apesar das diferenças entre os países latino-americanos, estes compartilham entre si oito pragas, do ponto de vista estrutural:

Se abordan ocho problemas estructurales que comparten, a pesar de sus diferencias, la mayoría de los países de América Latina, a saber: profundas desigualdades; informalidad laboral y pobreza; reprimarización de las actividades económicas; deterioro del medio ambiente; mayor apertura financiera que comercial; desindustrialización temprana; estancamiento económico y movilidad social; y violencia cada vez más insostenible. (SALAMA, 2020b, p. 01)

O foco central não é detalhar todas estas questões. Contudo, os dois primeiros problemas apresentados, impactam diretamente na análise deste estudo: 1) A começar pela profunda desigualdade de renda, tema que apresentou uma tendência a diminuir para 95% da população da região no início dos anos 2000, porém que, com o início da crise no segundo semestre de 2010 (impactando mais diretamente a Argentina, o Brasil e a Venezuela) e a desaceleração econômica (México), retomou um significativo aumento, que impacta consequentemente, no aumento da pobreza (SALAMA, 2020b). 2) Sobre a informalidade no trabalho e a sua relação com a pobreza absoluta, o cenário é similar: houve uma diminuição na década de 2000, especialmente nos países com governos progressistas, porém, com o agravamento de uma crise econômica sem precedentes, estes indicadores estão aumentando novamente, especialmente tratando-se do Brasil, Venezuela e Argentina (SALAMA, 2020b).

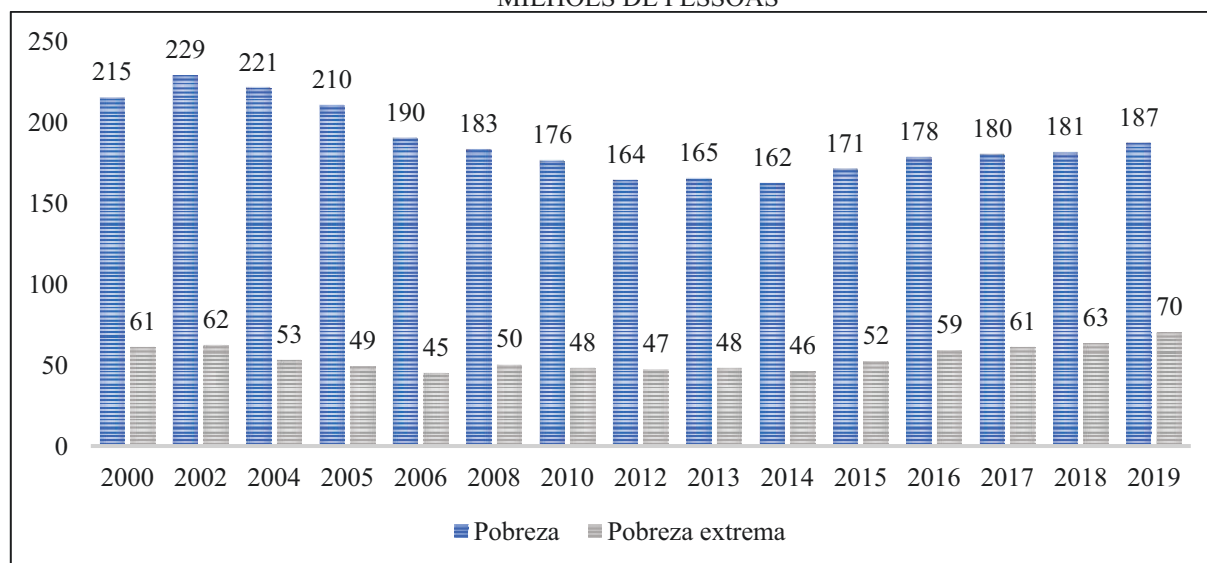
A evolução da pobreza na América Latina é constatada, expressivamente, a partir dos anos 1980. Como produto da pobreza, novas questões são colocadas em pauta, como o desemprego e a informalidade, o déficit na educação e a questão da saúde pública (KLICKSBERG, 2002). A partir dos anos 1990, o grupo de “novos-pobres” (KLICKSBERG, 2002) ampliou na região. Estima-se,

para a Argentina, que este grupo que representava 4,2% da população em 1980, e passou a representar 18,4% da população nos anos 1990. Esta realidade, no cenário de pobreza latino-americana, também é observada para as economias do Brasil e México e outros países (KLICKSBERG, 2002). Trata-se de uma considerável parcela da população representada, no geral, por pequenos comerciantes e empreendedores, profissionais desempregados ou com baixos salários e trabalhadores informais.

A América Latina passou por uma série de transformações socioeconômicas a partir dos anos 2000. Especialmente entre os anos de 2002 e 2014, a região passou a apresentar um cenário de redução da pobreza e pobreza extrema, além de outros índices, como o de desigualdade social (CEPAL, 2021a) Este processo está relacionado – mas não exclusivo – ao cenário econômico favorável ao crescimento econômico, devido a incentivos de transferências de renda e ao crescimento econômico, vide a situação favorável às *commodities*. Além do cenário econômico, um outro fator de extrema relevância foi o contexto político, em que a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade conquistam espaço na agenda pública (CEPAL, 2020). Em muitos países da região, o Estado e as instituições sociais fortaleceram a sua ação, a fim de uma superação da pobreza latino-americana.

A seguir, o GRÁFICO 1, apresenta o panorama das linhas de pobreza monetária em análise histórica, a partir do ano de 2000 e percorrendo até o ano de 2019.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA POBREZA E POBREZA EXTREMA LATINO-AMERICANA, 2000 – 2019, EM MILHÕES DE PESSOAS



FONTE: O Autor a partir de CEPAL (2021a)

Os dados dispostos no GRÁFICO 1 consideram a estimativa de 18 países latino-americanos¹. A evolução da pobreza monetária é apresentada, neste primeiro momento, em milhões de pessoas. Nota-se que o ano de 2002 é o de maior incidência de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema (indigência), em que 229 milhões de pessoas na região da América Latina estavam em situação de pobreza e 62 milhões em situação extrema. Nota-se ainda, no período de 2004 a 2014, uma tendência à redução da pobreza e da indigência, tendo a primeira variado de 221 a 162 milhões de pessoas e a segunda variado de 53 a 46 milhões. Este cenário favorável à redução da pobreza, entretanto, passa a ser modificado a partir do ano de 2015, em que o cenário de pobreza e pobreza extrema na região passa a crescer novamente.

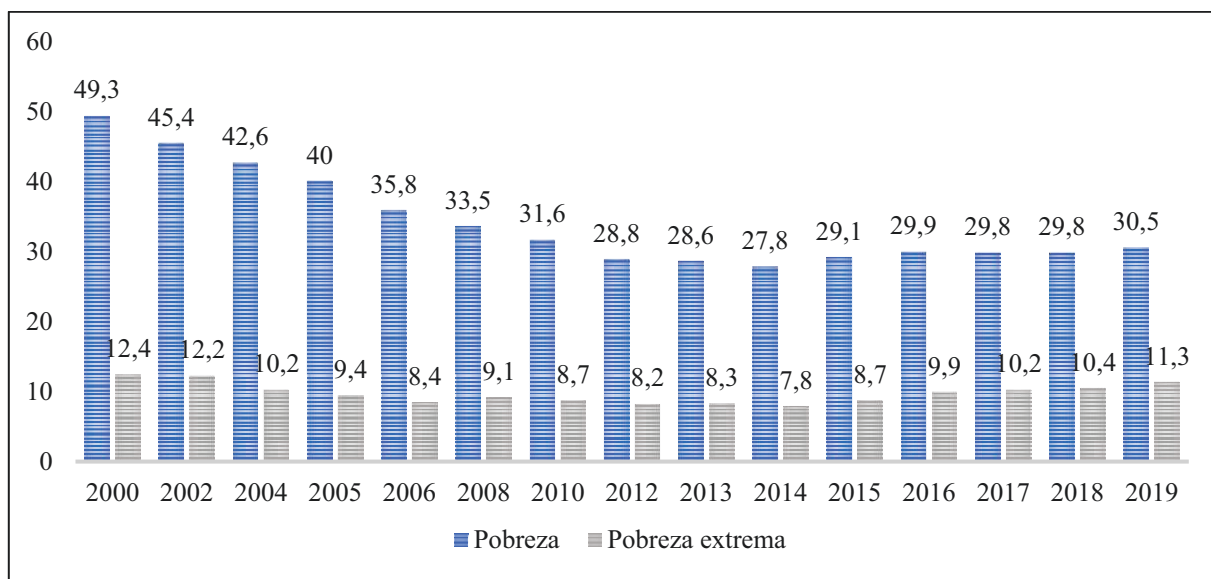
A principal motivação para a volta do crescimento da pobreza na região latino-americana é a desaceleração econômica, como consequência do declínio das exportações de matérias-primas (CEPAL, 2021a). De acordo com o relatório anual da CEPAL (CEPAL, 2021a), o número de pessoas vivendo em situação de pobreza e pobreza extrema evolui, respectivamente, de 171 e 52 milhões de pessoas em 2015, para 187 e 70 milhões de pessoas em 2019. Os anos de 2020 e 2021, foco de análise da próxima subseção, seguem a mesma tendência ao aumento da pobreza, entretanto, soma-se a variável da pandemia de COVID-19 e impactos da guerra na Ucrânia² (CEPAL, 2022a).

Ainda, para a análise ser assertiva, é necessário demonstrar a evolução percentual do indicador. O GRÁFICO 2 apresenta a evolução percentual dos índices de pobreza e pobreza extrema na região latino-americana, levando em consideração o período de 2001 a 2019.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POBREZA E POBREZA EXTREMA LATINO-AMERICANA, 2001 – 2019, EM PERCENTUAL

¹Os países utilizados para a composição da média simples são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

²Dentre os principais efeitos globais da guerra da Ucrânia, destaca-se o aumento do preço dos alimentos, do petróleo e, consequentemente, dos níveis inflacionários.

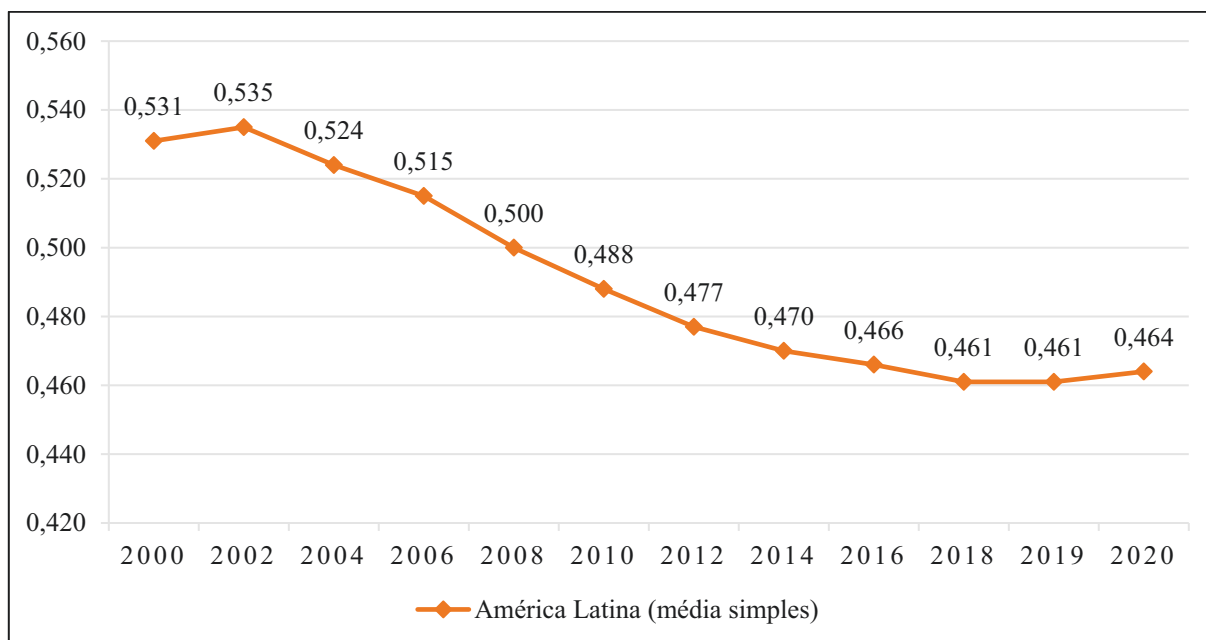


FONTE: O Autor a partir de CEPAL (2021a).

Nota-se, de acordo com o GRÁFICO 2, que as duas variáveis apresentadas têm a retomada do crescimento a partir de 2015, na região latino-americana. No período 2014 – 2019, a pobreza extrema evolui de 7,8% para 11,3%, enquanto a pobreza aumenta de 27,8% para 30,5%. No período de 2015 – 2018, a evolução do índice de pobreza é mais discreta, quando comparada à pobreza extrema. No período, enquanto a pobreza varia em média 0,8%, a pobreza extrema atinge níveis de 1,7% em seu crescimento. No ano de 2019, já havia uma tendência definida ao aumento da pobreza na região. Isso demonstra que o cenário pré-pandêmico na América Latina não era positivo: a pobreza, percentualmente, retrocede a níveis não vistos desde 2010, enquanto a pobreza extrema regressa a níveis não vistos desde 2002.

Para o cenário de desigualdade social, que representa um fator intimamente relacionado com a pobreza, o índice de Gini para a região apresentou estabilidade entre os anos de 2018 e 2019, seguido de um aumento para 2020. Este indicador causa uma forte recessão para as atividades econômicas da região e trata-se como um dos casos que poderiam indicar números mais significativos, porém, devido à forte influência das medidas de apoio econômico para a região (CEPAL, 2021a), pôde-se controlar o seu nível, dado a situação de crise pandêmica. O GRÁFICO 3 mostra como se comporta o indicador de Gini na América Latina, entre os anos 2000 e 2020.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NA AMÉRICA LATINA, 2000 – 2020



FONTE: O Autor a partir de CEPAL (2021a).

De acordo com o GRÁFICO 3, a desigualdade apresenta, desde os anos 2000, significativa redução histórica. No ano de 2002, a desigualdade na região apresentava os seus parâmetros mais altos das últimas duas décadas – o que acompanha o cenário de pobreza apresentado previamente. Assim como a pobreza, a redução da desigualdade foi foco da região na década seguinte, o que é demonstrado no período entre 2004 e 2014, através do índice de Gini. A partir de 2017, não houve significativas variações no indicador de Gini para a região, o que demonstra a estabilidade dos parâmetros de desigualdade (CEPAL, 2022a). Nos anos de 2018 e 2019, observa-se os índices mais baixos para a situação da desigualdade nas últimas duas décadas, entretanto, nota-se que houve um novo aumento da desigualdade em 2020, no primeiro ano da crise de COVID-19.

Entender que o cenário pré-pandêmico já não era favorável aos países latino-americanos é essencial para a compreensão dos anos seguintes. Assim, não há como afirmar que a crise na região surge sem quaisquer precedentes (CEPAL, 2021a). Entretanto, quando uma região já afetada, histórico e socialmente, pela pobreza, depara-se com uma pandemia global, é necessário que sejam colocadas em práticas ações para diminuir os seus efeitos catastróficos. No caso da pandemia de COVID-19, a transferência de renda emergencial e o incentivo para que a população permanecesse em domicílio (CEPAL, 2021) fizeram com que o aumento da pobreza não fosse mais intenso do que aquele que se concretizou para a região.

2.3 OS IMPACTOS DO AGRAVAMENTO DA COVID-19

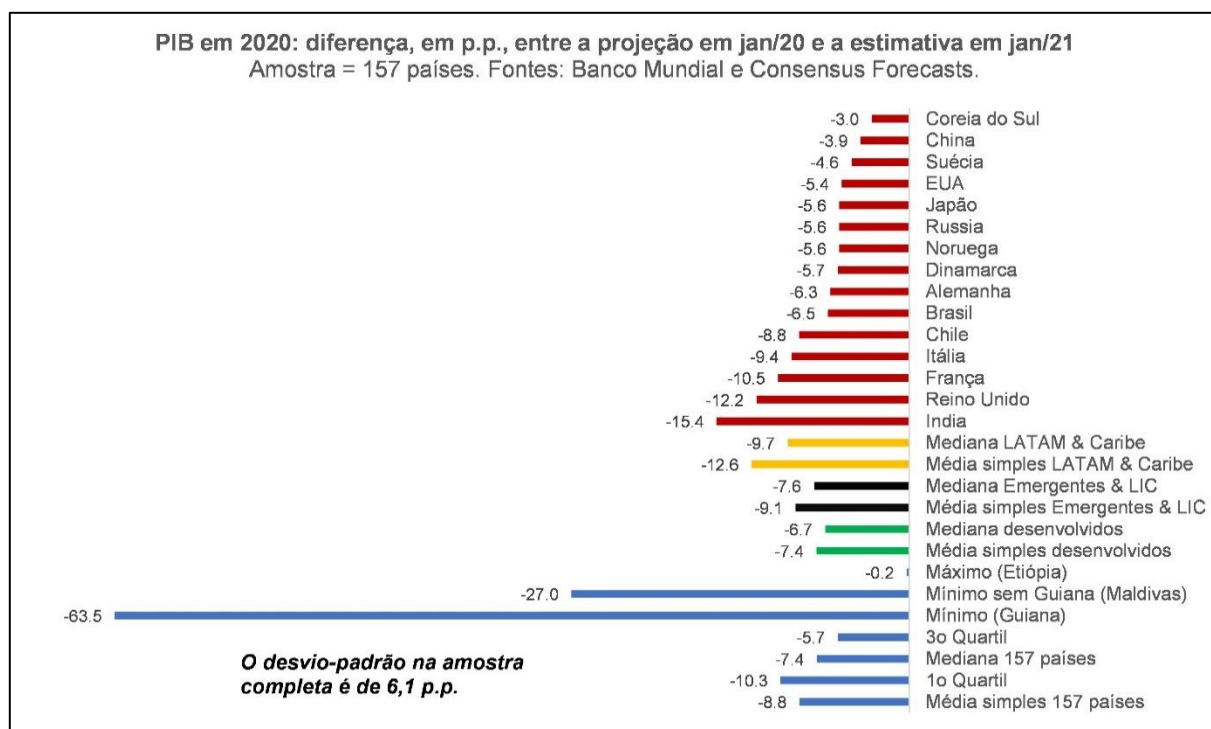
Como examinado na seção anterior, a pobreza nos países latino-americanos é resultado de uma realidade histórica da desigualdade já presente nestes países. Esta terceira seção tem o objetivo de investigar se estas causas históricas e fatores estruturais foram intensificadas pela pandemia. Além disso, busca analisar qual o efeito da COVID-19 para o aumento da pobreza na região e no mundo.

Para esta análise, utiliza-se a literatura disposta pela Revista nº 132 da CEPAL, “El COVID-19 y la crisis socioeconómica en América Latina y el Caribe”. A revista foi escrita no contexto da crise ocasionada pela pandemia, com o cenário econômico e social desfavorável para a região da América Latina, que já apontava como uma das regiões mais afetadas pela COVID-19 (CEPAL, 2021b). A CEPAL é um órgão regional incorporado às Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile, que tem o objetivo de promover a relação econômica entre os próprios países latino-americanos e o restante do mundo. Além disso, a comissão contribui para o desenvolvimento econômico e social da região, justificando sua posição de extrema pertinência para o panorama de estudo e pesquisa sobre temas relativos à América Latina.

Em 2020, com o agravamento da situação pandêmica ocasionada pela COVID-19, em razão das medidas sanitárias de confinamento, ocasionou em uma, já esperada, recessão no comércio mundial (CEPAL, 2021b). A crise social e econômica resultou, na região da América Latina, no aumento das taxas de desemprego e níveis de pobreza, aprofundando o cenário de recessão em que se encontravam devido à crise econômica dos anos de 2008 e 2009 (CEPAL, 2021b). Certamente, a pandemia apresentou o comportamento de impactos mais intensos nos países que apresentam vulnerabilidade socioeconômica acentuada e condições de saúde deterioradas (CEPAL, 2021a). Entretanto, é importante não deixar de considerar o fato de a região já enfrentar dificuldades estruturais que antecedem o surgimento do vírus. A pandemia de COVID-19 apenas escancara as lacunas já abertas na região. Este é o ponto inicial da análise da pobreza que se percorre.

Para elucidar a situação, a FIGURA 1 apresenta o PIB com o efeito do choque pandêmico, para uma amostra de 157 países, através da diferença gerada entre a projeção esperada para o ano de 2020 e as estimativas para 2021.

FIGURA 1 – PIB POR PAÍS OU REGIÃO MUNDIAL EM 2020, EM PONTOS PERCENTUAIS (P.P.)



FONTE: BORGES (2021, não p.).

Em média, pela ótica do PIB, o efeito da pandemia foi de -8,8 p.p. Considerando possíveis *outliers* na análise da FIGURA 1, a mediana para os 157 países aponta, para o choque causado pela COVID-19, o valor de -7,4 p.p. Isso levando em consideração, ainda, que a maioria dos países adotou maneiras de mitigar os efeitos econômicos da crise, com incentivo fiscal e transferência de renda emergencial, por exemplo. Sem essas medidas, os efeitos poderiam ser ainda piores (BANCO MUNDIAL, 2022a).

Nota-se, ainda, de acordo com a FIGURA 1, que a pandemia impacta, negativamente e em maior escala, as regiões emergentes e com baixa renda, em relação às economias avançadas. Enquanto países como o Brasil e o Chile apresentam PIB contraindo na proporção de -6,5 e -8,8 p.p., respectivamente, economias como a norte-americanas, região com maior número de mortos em decorrência do vírus, e a chinesa, apresentam impactos relativamente menores em suas projeções do PIB, com -5,4 e -3,9 p.p.

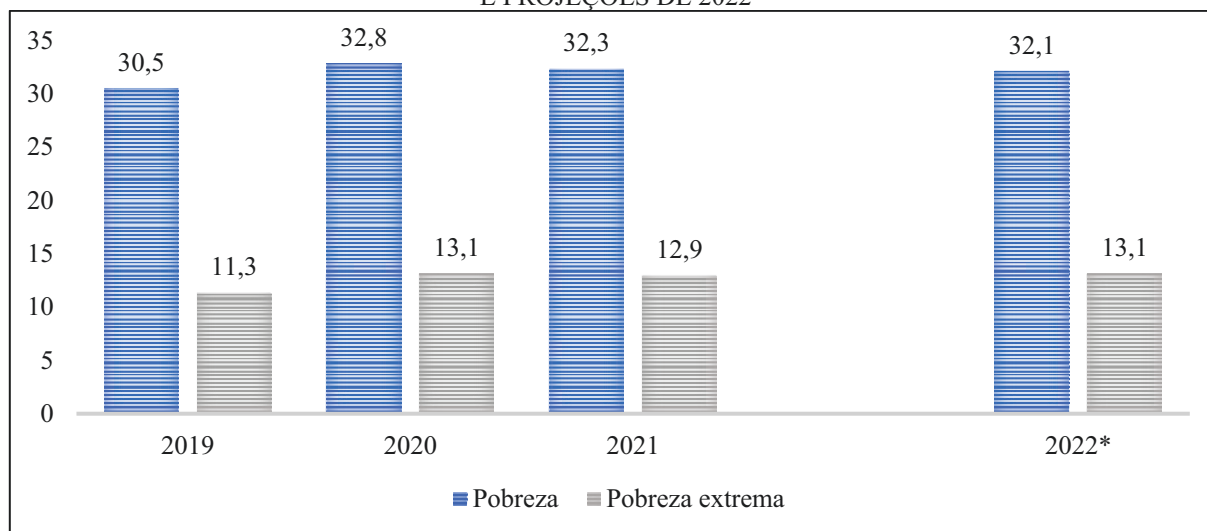
A piora na distribuição de renda e o aumento do número de pessoas em situação de pobreza foi um reflexo direto da COVID-19 para o contexto latino-americano. A crise socioeconômica, neste cenário, foi acompanhada, em diversos países, por crises políticas, o que ocasionou, além da crise social e sanitária, riscos também à inclusão social e à democracia (CEPAL, 2021b). Em

termos de linhas de pobreza e pobreza extrema, os atrasos significativos em relação ao seu combate, para a região, são apresentados antes mesmo ao início da crise.

Para o cenário latino-americano, o retrocesso é esperado na esfera social. A crise provocou efeitos econômicos ocasionados pela retração do comércio, aumento do desemprego nos curto e médio prazos, o que ocasionou o aumento do número de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema e uma queda no PIB per capita a um nível similar ao que existiu no ano de 2010. O efeito deixado pela COVID-19 para a região é um forte retrocesso na esfera social, especialmente na redução da desigualdade e da pobreza, estimando uma nova década perdida (CEPAL, 2021b) para a América Latina.

Este retrocesso de, ao menos, uma década pode passar a ser o pior da história da América Latina, dado a contração da atividade produtiva e o aumento da pobreza. Estima-se uma crise ainda mais prolongada que a crise da dívida, nos anos 1980 (CEPAL, 2021b). A seguir, o GRÁFICO 4 mostra o comportamento da evolução da pobreza nestes anos.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS LINHAS DE POBREZA LATINO-AMERICANA, 2019 – 2021 E PROJEÇÕES DE 2022



FONTE: O Autor a partir de CEPAL (2022b).
 *Os dados de 2022 correspondem a uma projeção.

O GRÁFICO 4 demonstra uma ligeira diminuição da pobreza e pobreza extrema, passando de 32,8% e 13,1%, respectivamente, em 2020, para 32,3% e 12,9% em 2021. Entretanto, ainda não é possível prever se a pobreza tenderá a uma redução a longo prazo. A princípio, em projeções para 2022 em relação a 2021, segundo o GRÁFICO 4, o indicador de pobreza segue para uma nova redução para 32,1%, enquanto a pobreza extrema tende ao crescimento para 13,1%, retomando aos

níveis observados em 2020. Cabe ressaltar que estes dados são estabelecidos a partir critérios de renda estabelecidos pelos países latino-americanos.

Os indicadores da região para a situação de pobreza e pobreza extrema demonstram que efeitos socioeconômicos da pandemia, para o ano de 2020, poderiam ser ainda piores. Este número é um reflexo de esforços e medidas de proteção social de emergência (CEPAL, 2021b). Sem estas medidas de emergência, os números seriam ainda superiores ao já apresentado. O seu efeito é refletido no ano de 2021, de fato, com a redução da pobreza. Reverteu-se parte do que poderia ser um abalo ainda maior para os países latino-americanos. Entretanto, em 2022, mesmo já se falando sobre uma possível superação da pandemia (CEPAL, 2022), não é possível afirmar que a América Latina retorna aos níveis que se observava em 2019, antes do início da pandemia. Ainda assim, retomar aos níveis de 2019 não seria o suficiente, dado que o crescimento da pobreza na região é observado desde o ano de 2015.

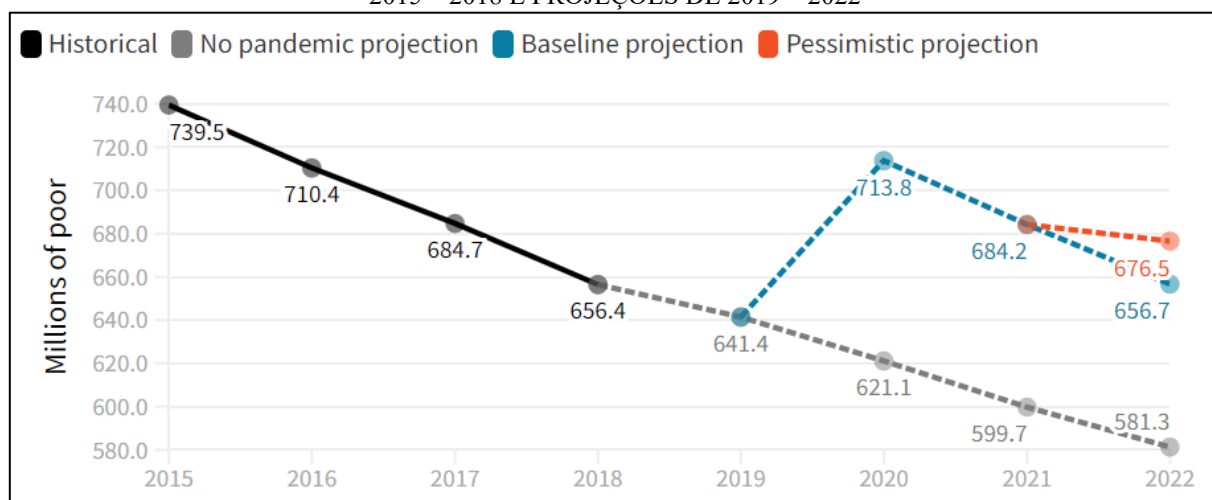
Desde o início da crise, a COVID-19 apresentou impactos diferentes em cada região do mundo (CEPAL, 2021b). Apesar de ser uma crise mundial, deve-se ressaltar que os impactos para cada região do mundo são específicos. Pela mesma lógica, a crise pandêmica para cada um dos países latino-americanos também é singular, seja por razões econômicas, diplomáticas e políticas. Países com níveis elevados de pobreza e desigualdade social foram definitivamente os mais afetados pela pandemia (CEPAL, 2021b), revelando as vulnerabilidades socioeconômicas e sanitárias que, há tempos, está negativamente associado à imagem latino-americana.

Em seu reporte anual de desenvolvimento sustentável, a ONU afirma que a COVID-19 foi responsável por apagar 4 anos de progresso no combate à pobreza no mundo (ONU, 2022). O objetivo de combate da pobreza extrema em todos os lugares e a redução da pobreza pela metade em todas as suas formas é um compromisso assumido pelos países-membros da ONU em 2015, para cumprimento até o ano de 2030. Entretanto, alguns fatores externos impactam este cenário global da pobreza, como o aumento da inflação e os impactos socioeconômicos da guerra na Ucrânia (ONU, 2022).

Ainda, de acordo com o relatório, estima-se que estas crises, quando combinadas, refletem no aumento de, pelo menos, 75 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, para o ano de 2022. A projeção do número de pessoas no mundo vivendo nesta situação varia entre 657 e 676 milhões de pessoas, sendo que a projeção pré-pandêmica estimava 581 milhões de pessoas para 2022.

Embora o cenário latino-americano apresente uma tendência ao crescimento da pobreza observado desde 2015, o cenário mundial aponta por tendências contrárias: é observado uma redução constante da pobreza mundial a partir de 2015, sendo interrompida somente em 2020 pelo início da pandemia. Ainda que a grande maioria dos países tenham estabelecido medidas de combate à crise, muitos deles só solucionaram o problema no curto prazo, sendo observado, ainda, que muitas pessoas vulneráveis não tenham se beneficiado destas medidas (ONU, 2022). Dado o cenário atual, as expectativas para o cumprimento do ODS 1 da Agenda 2030 não são otimistas. A seguir, a FIGURA 2 mostra o número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema em todo o mundo de 2015 – 2018 e as projeções de 2019 – 2022, antes e depois da COVID-19.

FIGURA 2 - NÚMERO DE PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA NO MUNDO, 2015 – 2018 E PROJEÇÕES DE 2019 – 2022



FONTE: BANCO MUNDIAL (2022b, não p.)

NOTA: Linha de pobreza extrema sendo medida pelo número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

A FIGURA 2 demonstra que o objetivo de reduzir a pobreza no mundo teve êxito entre os anos de 2015 e 2019, reduzindo de 739,5 para 641,4 milhões de pessoas no período. Em dezembro de 2019, com o surgimento do vírus, o cenário é drasticamente alterado, trazendo suas consequências para os anos seguintes. Em 2020, em projeção pré-pandêmica, estimava-se que 621,1 milhões de pessoas estivessem em situação de pobreza extrema. O que foi observado, entretanto, foi um acréscimo de 92,7 milhões de pessoas em relação ao projetado, como efeito da pandemia. Apesar da recuperação significativa de parte das economias globais em 2021, os resultados para este ano assemelham-se aos observados em 2017, representando um atraso de quatro anos no combate à pobreza. Os resultados para 2022 estão projetados, considerando dois

possíveis cenários: um cenário pessimista, de 676,5 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema; e um cenário seguindo a projeção da COVID-19, de 656,7 milhões de pessoas nesta condição, assemelhando ao que era observado em 2018. Reforça-se que as medidas de pobreza extrema estão representadas na FIGURA 2 de acordo com os parâmetros do Banco Mundial, que, por definição, assume a linha de pobreza extrema como US\$ 1,90 ao dia por pessoa, a preços de 2011.

De fato, o agravamento da COVID-19 reflete um grande impacto neste progresso. Entretanto, poucos foram os progressos para alcançar a tendência que se observava em um cenário pré-pandêmico (ONU, 2022). Ainda, com o aumento dos preços dos alimentos e os impactos econômicos da guerra da Ucrânia, novos desafios são observados e necessitam ser superados. Esta realidade vai fazendo com que o cenário seja desfavorável ao combate à pobreza extrema até 2030, demonstrando que a pobreza não afeta somente a região latino-americana, e sim, que ela é um compromisso global, com risco de não ser cumprido até o prazo estipulado.

3 IDENTIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os indicadores que serão utilizados na análise de evolução do cenário de pobreza, bem como elucidar com gráficos e tabelas que comprovam a evolução destes indicadores no cenário latino-americano e no restante do mundo. Serão abordados dois indicadores sociais: linha de pobreza e pobreza extrema e pobreza multidimensional. Esta revisão, portanto, não se limita a estudos que consideram somente a renda como parâmetro de mensuração de pobreza, ou seja, medidas unidimensionais da pobreza. Afinal, há divergências metodológicas sobre a forma de medição da pobreza (KLICKSBERG, 2002). A renda é uma boa medida para esta mensuração, uma vez que revela ser um bom parâmetro de bem-estar das famílias (ROCHA, 2006), entretanto, existem outras formas de pensar a pobreza, que não envolvem somente a renda das famílias, e sim, o bem-estar, o acesso à saúde, moradia e escolaridade, por exemplo.

Em relação aos gráficos e tabelas dispostos neste capítulo, os pontos focais da análise no cenário latino-americano são os países Brasil, Chile, Colômbia e México. Além disso, os gráficos e tabelas também apresentam a média dos indicadores para a América Latina, já apresentados na seção prévia. Para a comparação com o restante do mundo, são utilizadas as regiões: África Subsaariana, América Latina e Caribe, Europa e Ásia Central, Leste Asiático e Pacífico, Oriente Médio e Norte da África. Os dados foram coletados através de dados estatísticos da CEPALSTAT, do Banco Mundial e do PNUD para os países e regiões acima referenciados. Naturalmente, caso algum deles não utilize algum dos índices dispostos, seus dados não serão considerados a fins desta análise. A seguir, serão apresentados estes indicadores e sua contribuição de dados para esta análise.

3.1 LINHA DE POBREZA E POBREZA EXTREMA

Considerando a importância de identificação e quantificação da pobreza monetária, as linhas de pobreza destacam-se por apresentar uma abordagem adequada ao contexto latino-americano. “Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento de necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população” (ROCHA, 2006, p. 12). Para medir a pobreza, é necessário determinar quais parâmetros de valor correspondem à cesta mínima

de consumo, podendo ser associada tanto com linha de indigência, quanto com linha de pobreza (ROCHA, 2006).

A linha de indigência – ou linha de pobreza extrema – refere-se, especificamente, à renda mínima necessária para garantia de segurança alimentar. A linha de indigência reflete a necessidade de acesso a alimentos para a sobrevivência humana. Trata-se da definição dos preços adequados por produto e da composição da cesta alimentar básica (ROCHA, 2006). Os indigentes são um subconjunto dos pobres, os quais as condições de renda são inferiores ao atendimento de necessidades nutricionais (ROCHA, 2006).

Tratando-se das necessidades em um conjunto mais extenso, como habitação, vestuário e todas as necessidades de alimentação, define-se as linhas de pobreza. Pobres são definidos como aqueles que não tem a capacidade de atender a um conjunto de necessidades mínimas para determinada sociedade (ROCHA, 2006). Estabelecer, porém, qual é o valor mínimo para o atendimento das necessidades de uma população pode gerar controvérsias, uma vez que consumos habituais em determinadas sociedades podem não ser reconhecidos como vitais (ROCHA, 2006).

No caso de países desenvolvidos, em que o mínimo vital já é uma garantia de todos (ROCHA, 2006), não é relevante a definição de uma cesta básica para parametrização da pobreza. Utilizam-se, neste caso, as linhas de pobreza relativas, ou seja, aproxima-se da realidade socioeconômica em que estes indivíduos estão inseridos e como suprir diferentes necessidades. Neste sentido, a linha de pobreza relativa articula-se às mensurações de desigualdade de renda, entretanto não especificamente à população pobre (ROCHA, 2006).

Assim, no caso de linhas de pobreza relativas, é necessário estabelecer um valor que faça referência ao modo de vida de determinada população. Este valor, por sua vez, é usualmente estabelecido através de uma média ou mediana da renda da população. Por isso, uma pessoa não-pobre em um país pode ser considerada pobre em outro. É necessário ter cuidado com a informação enviesada que as linhas de pobreza relativas podem gerar, não sendo índices diretamente comparáveis (ROCHA, 2006). Além disso, até mesmo considerando um único país, a renda dos pobres pode aumentar ou cair de um período a outro, sem que isso caracterize necessariamente o aumento ou redução da pobreza. No caso dos países em desenvolvimento, como é o caso da região latino-americana, a noção de pobreza absoluta ainda é a utilizada e necessariamente relevante.

3.1.1 Linhas de pobreza e pobreza extrema na América Latina

Esta subseção tem por objetivo apresentar o comportamento e a evolução das linhas de pobreza, por países e regiões selecionados. Conforme pré-estabelecido neste trabalho, os estudos focam nos dados de quatro países para compor a análise do bloco latino-americano. Estes países representam economias relevantes para o estudo, com cenários e contextos históricos divergentes, o que contribui para traçar um perfil da América Latina.

As linhas de pobreza representam uma abordagem adequada no caso de economias largamente monetizadas, como é o caso destes países. Para Rocha (2006), a abordagem da pobreza medida por critério de renda é apropriada no caso brasileiro, uma vez que, a partir da década de 1970, existe informações sobre o rendimento, consumo médio e características socioeconômicas de famílias e indivíduos. Neste caso, é relevante o conceito de pobreza absoluta, uma vez que muitas pessoas não têm suas necessidades básicas garantidas (ROCHA, 2006). Assim, trata-se de definir o valor correspondente à cesta de consumo mínimo, seja associado à pobreza (conjunto para atendimento de todas as necessidades básicas – alimentação, habitação e vestuário) ou associado à indigência (segurança alimentar).

A seguir, a TABELA 1 demonstra como os quatro países latino-americanos analisados evoluíram no cenário de pobreza entre 2015 e 2021.

TABELA 1 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, PERCENTUAL, 2015 – 2021.

País/Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (p.p)*
América Latina	29,0	29,9	29,8	29,8	30,4	32,8	32,1	-0,5
Brasil	18,8	20,9	21,2	20,4	20,2	18,4	24,3	5,9
Chile	13,7		10,7			14,2		3,5
Colômbia	30,6	30,9	29,8	29,9	31,7	39,8	35,4	-4,4
México		37,6		35,5		37,4		1,9

FONTE: O Autor (2023).

*A variação considera os dois últimos anos cujos dados estão disponíveis para cada país.

De acordo com a TABELA 1, é possível concluir que, especialmente no ano de 2020, a maioria dos países analisados experienciou o aumento da pobreza. O caso colombiano é o mais emblemático: enquanto em 2019 a pobreza era representada por 31,7% da população, o percentual em 2020 sobe para 39,8%, atingindo uma marca consideravelmente superior, em relação aos últimos 5 anos. A população pobre no país é superior à média latino-americana, sendo a Colômbia a quarta maior economia latino-americana. O México, em 2020, apresenta o crescimento, em

pontos percentuais, menos acentuado dentre os quatro países analisados. Já o Chile, que apresenta as menores taxas de pobreza do grupo, em 2020, teve um crescimento de 3,5% em relação a 2017, último ano em que o país divulgou os dados de pobreza à CEPAL.

Ainda, a TABELA 1 mostra uma exceção no caso brasileiro. A redução da população em situação de pobreza em 2020, no Brasil, é histórica, atingindo o nível de 18,4%. Este número é inferior ao observado no país desde 2015 e segue um fluxo oposto à média da América Latina, que demonstrava uma tendência ao crescimento em 2020, impulsionada principalmente pela pandemia. Entretanto, para 2021, o Brasil não manteve os patamares, mostrando que a redução da pobreza não apontava uma tendência para os anos seguintes: 24,3% da população contra 18,4% em 2020 (acréscimo de 5.9 p.p). Ou seja, houve, em 2021, uma nova marca histórica: a pobreza retoma um nível de crescimento não visto no período, novamente em um fluxo oposto ao que se observa na média latino-americana, que demonstra queda de 0,5 p.p. neste mesmo período. Este cenário brasileiro de pobreza é similar ao de pobreza extrema.

A TABELA 2 mostra, de forma análoga ao apresentado previamente, o cenário de pobreza extrema nos quatro países analisados, de acordo com os dados disponíveis no período de 2015 a 2021.

TABELA 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, PERCENTUAL, 2015 – 2021.

País/Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (p.p) *
América Latina	8,8	9,9	10,3	10,5	11,4	13,1	12,9	-0,2
Brasil	4,0	5,3	5,7	5,6	5,8	5,1	8,3	3,2
Chile	1,8		1,4			4,5		3,1
Colômbia	11,3	12,0	10,9	10,8	12,8	19,8	15,0	-4,2
México		8,4		7,7		9,2		1,5

FONTE: O Autor (2023).

*A variação considera os dois últimos anos cujos dados estão disponíveis para cada país.

Para o cenário de pobreza extrema, a TABELA 2 mostra um cenário semelhante ao da pobreza. A média latino-americana apresenta uma queda de 0,2 pontos percentuais em 2021, quando comparado a 2020, entretanto, a situação de pobreza extrema na região ainda é maior do que se encontrava antes da pandemia, em 2019. Considerando o ano de 2020, novamente a Colômbia se sobressai pelo aumento da pobreza extrema: enquanto em 2019, o índice na região representava 12,8%, o nível atingido em 2020 foi de 19,8%, mostrando a influência negativa da pandemia de COVID-19 para o país.

Embora, em 2021, a extrema pobreza colombiana tenha reduzido, os patamares colombianos ainda se encontram elevados e maiores que a média latino-americana, o que apresenta o desafio para a superação do problema no país. Para 2020, já era esperado um aumento da pobreza e pobreza extrema em toda a região, dado o cenário pandêmico. Entretanto, dos quatro países analisados, novamente, o único que apresenta redução da pobreza extrema, em 2020, é o Brasil, sendo observado níveis crescentes do indicador somente em 2021.

De acordo com o Governo Federal, um fator que foi essencial para que o caso brasileiro se distanciasse da realidade dos demais países foi o auxílio de transferência de renda emergencial concedido à população, ainda no início da pandemia de COVID-19 (GOVERNO FEDERAL, 2022). Estima-se que este benefício tenha sido disponibilizado a 68,3 milhões de brasileiros (GOVERNO FEDERAL, 2022), o que foi determinante para a redução observada, tanto da pobreza quanto da pobreza extrema, em 2020. De fato, essa redução histórica não era esperada e representou os números mais expressivos da América Latina. Entretanto, para 2021, o crescimento da pobreza extrema também foi histórico: o país atinge a marca de 8,3% da população. Novamente, em desalinho com a média regional, o Brasil é o país mais afetado pela COVID-19 na América Latina e o terceiro em todo o mundo (BANCO MUNDIAL, 2022c).

O Banco Mundial afirma que o programa de transferência de renda, de fato, ajudou a conter o crescimento da pobreza para 2020. Entretanto, para 2021, as projeções insinuam que, devido a uma recuperação do mercado de trabalho, houve a redução do programa e os benefícios não foram continuados (BANCO MUNDIAL, 2022c). Tendo diminuído em 2020, as taxas de pobreza e pobreza extrema tiveram crescimento considerável em 2021, à medida que o auxílio foi deixando de ser fornecido, “tornando evidente a dependência das famílias brasileiras de suporte do estado diante de más condições no mercado de trabalho”. (BANCO MUNDIAL, 2022c, p. 02).

Portanto, é fato que a região latino-americana experienciou o aumento da pobreza na maior parte de seu território, especialmente no primeiro ano de pandemia, com exceção ao caso brasileiro, que conseguiu postergar em um ano este avanço. As perspectivas para o ano de 2022 apontam duas tendências opostas para a América Latina (CEPAL, 2022b). Por um lado, há um projetado crescimento econômico que deve trazer aumento no nível de emprego e renda nas famílias, ainda que inferior ao de 2021. Por outro lado, há o aumento da inflação, que diminui o poder de compra das famílias, especialmente aquelas de renda mais baixa. O cenário de pobreza e pobreza extrema na América Latina representa um problema que ainda não demonstram sinais de superação da

região. Em termos das metas definidas o ODS 1, a região sofre um considerável atraso na eliminação da pobreza extrema, além de um possuir um desafio ainda maior no cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

3.1.2 Linhas de pobreza e pobreza extrema: América Latina e o restante mundo

Assim como foi apresentado o índice de pobreza de países da região, é necessário situar a América Latina em relação ao restante mundo. Esta subseção tem este objetivo. Para isso, os dados utilizados são os dispostos através do *Our World in Data*. A fim desta análise que segue, a classificação definida pelo Banco Mundial, previamente apresentada, será o valor considerado para mensuração da pobreza extrema. No entanto, em setembro de 2022, o Banco Mundial fez a alteração nesta linha, passando a considerar os valores de US\$ 2,15 para a linha de pobreza extrema, a preços de 2017 (HASSEL, 2022). Ainda, houve alteração para as linhas de pobreza para pessoas de baixa-média rendas e pessoas de alta-média rendas. Entretanto, neste caso, analisa-se somente a situação de pobreza extrema no mundo (HASSEL, 2022).

Cabe ressaltar que a ONU utiliza estes valores do Banco Mundial para acompanhamento do progresso em direção à erradicação da pobreza extrema até o ano de 2030. A fim de analisar o cenário mundial, este parâmetro analítico é o mais adequado. Ainda, é natural, que os valores apresentados, a seguir, para a América Latina não sejam compatíveis aos apresentados na seção anterior, uma vez que se baseia em linhas de pobreza extrema distintas.

A seguir, a TABELA 3 demonstra como evolui o cenário de pobreza extrema, a preços de 2011, considerando as métricas definidas de acordo Banco Mundial. Importante considerar que o dado mais recente oficial divulgado pelo grupo é de 2019, ou seja, considera os níveis pré-pandêmicos.

TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS VIVENDO EM POBREZA EXTREMA EM REGIÕES DO MUNDO, A PREÇOS DE 2011, EM MILHÕES DE PESSOAS, 2015 – 2019

Região	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	802,3	791,5	738,0	691,7	668,1
África Subsaariana	411,5	417,8	419,8	419,8	424,3
América Latina e Caribe	24,0	25,5	25,6	25,3	26,1
Europa e Ásia Central	7,5	6,5	6,5	4,9	5,2
Leste Asiático e Pacífico	42,1	35,4	30,2	25,0	18,3
Oriente Médio e Norte da África	17,5	20,0	22,7	29,1	

FONTE: O Autor (2023), com base nos dados da *World Bank Poverty and Inequality Platform*.

A TABELA 3 mostra, em milhões de pessoas, o comportamento que o mundo seguia em cenário pré-pandêmico, de acordo com as macrorregiões selecionadas. Um grande destaque deve ser dado à África Subsaariana, região com maior incidência de pobreza extrema no mundo. O mundo, em 2019, vivia com 668,13 milhões de pessoas com menos de US\$1,90 por dia, enquanto a África Subsaariana, sozinha, registrou 424,31 milhões de pessoas, o que é equivalente a 63,5% da população extremamente pobre mundial neste ano. Em segundo lugar³, em 2019, a região com maior número de pessoas extremamente pobres é a América Latina e Caribe, com 26,05 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema. A região de menor incidência da pobreza extrema no período analisado foi a Europa e Ásia Central, com 5,21 milhões de pessoas nesta condição em 2019.

É importante salientar que, apesar do número de pessoas pobres de uma determinada região ser um fator relevante, sem o acompanhamento da evolução da parcela da população que este número corresponde, pode indicar a divergentes conclusões, uma vez que o número de pessoas vivendo em cada uma das regiões é distinto. Para tanto, é necessário ter a evolução percentual das regiões, a fim de garantir que os números observados não correspondem a *outliers*. A seguir, a TABELA 4 mostra essa evolução percentual no indicador nos anos de 2015 a 2019.

TABELA 4 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO VIVENDO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA EM REGIÕES DO MUNDO, A PREÇOS DE 2011, 2015 – 2019

Região	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	10,9	10,7	9,8	9,1	8,7
África Subsaariana	41,3	40,9	40,0	38,9	38,3
América Latina e Caribe	3,9	4,1	4,1	4,0	4,1
Europa e Ásia Central	1,5	1,3	1,3	1,0	1,1
Leste Asiático e Pacífico	2,1	1,7	1,5	1,2	0,9
Oriente Médio e Norte da África	4,8	5,3	6,0	7,5	

FONTE: O Autor (2023), com dados de *World Bank Poverty and Inequality Platform*.

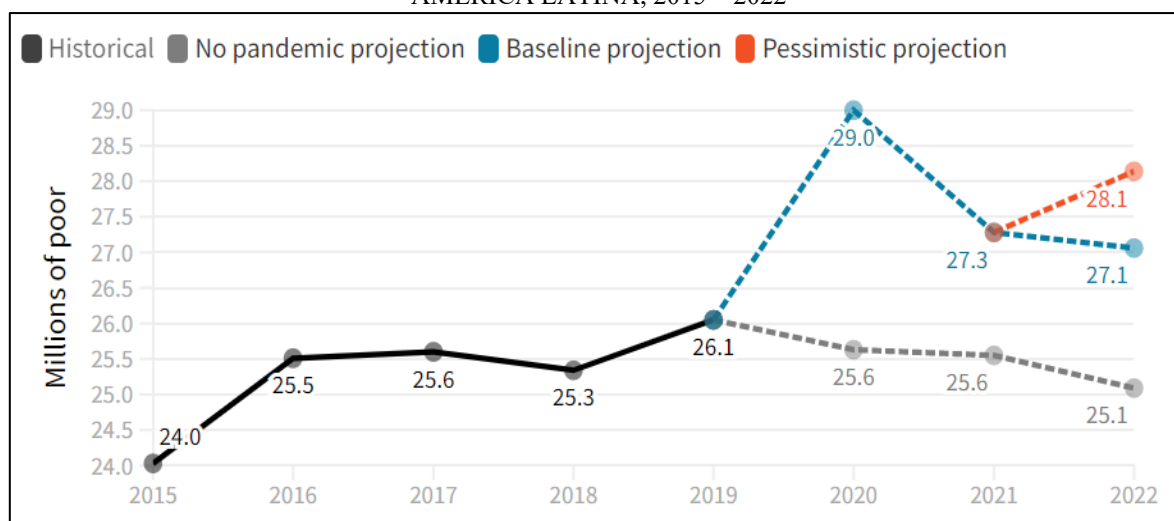
A TABELA 4 mostra a evolução na série histórica para cinco macrorregiões e para o mundo. Em destaque, novamente, apresenta a África Subsaariana. Embora seja observado uma ligeira queda no período analisado para a pobreza extrema, a região ainda corresponde as taxas mais altas do grupo, com 38,33% da população. Em segundo lugar, a região Oriente Médio e Norte da África destaca o segundo maior percentual de pessoas em extrema pobreza, conforme tendência

³Considera-se a América Latina e Caribe em segundo lugar, neste caso, uma vez que a região do Oriente Médio e Norte da África não teve dados oficiais divulgados para 2019 no Banco Mundial.

à série histórica. Embora não seja o foco deste trabalho analisar a pobreza no continente africano, é importante ressaltar que o continente possui um histórico de grande desigualdade histórica, o que é demonstrado a partir desta análise. Seguindo, a América Latina e Caribe aparece em terceiro lugar, apresentando em torno de 4% da população em situação extrema de pobreza para o período. Finalmente, os menores índices são observados para as regiões do leste asiático e pacífico e Europa e Ásia central.

Ainda que não existam dados oficiais de pobreza para os anos em que se presenciou o agravamento da pandemia de COVID-19, existem projeções do número de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, de acordo com o Banco Mundial. Estas projeções consideram o cenário previsto sem o agravamento da COVID-19, o cenário com o agravamento da pandemia, aumento da inflação e guerra da Ucrânia e, ainda, há um terceiro cenário, que considera uma projeção pessimista, marcado pelo impacto desproporcional do aumento dos preços dos alimentos para os 40% mais pobres em comparação com os 60% mais ricos. Esta visão é observada na FIGURA 3 para o cenário de América Latina.

FIGURA 3 – PROJEÇÕES DO NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA NA AMÉRICA LATINA, 2015 – 2022



FONTE: BANCO MUNDIAL (2022b, não p.)

A FIGURA 3 ilustra três diferentes panoramas de análise para as projeções. Em um cenário ideal, sem pandemia, a América Latina apresentava uma possível queda de meio milhão de pessoas em pobreza extrema nos anos de 2020 a 2022, entretanto sabe-se que este cenário não se concretizou. Em projeções que consideram os efeitos da crise agravada pela COVID-19, embora

2020 tenha sido o ano mais emblemático do aumento da pobreza, os anos de 2021 e 2022 ainda não projetam uma superação real do problema. Pelo contrário, em projeção pessimista, o ano de 2022 pode ser ainda pior que 2021, resultando em 28,1 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$1,90 por dia. Não há sinais concretos de uma efetiva recuperação das economias latino-americanas, mesmo no cenário otimista. Afinal, o número de pessoas em situação de pobreza não retornou a níveis pré-pandêmicos, sendo ainda necessário percorrer um caminho longo para atingir essa superação.

Quanto ao cenário global projetado, é possível observar que as tendências para a redução da pobreza estão apontando para uma redução anual. Até mesmo a projeção pessimista de 676,5 milhões de pessoas para 2022, aponta um cenário melhor do que o observado em 2021 (684,2 milhões). Em projeção otimista para linha de base de 2022, os níveis de pobreza mundial devem retomar àquele que se observava em 2014 (vide FIGURA 2).

As projeções apresentadas para a economia latino-americana e a economia global têm implicações na capacidade de alcançar os objetivos propostos na agenda da ONU. Para acabar com a pobreza extrema, voltar aos parâmetros observados antes da COVID-19 não será o suficiente (BANCO MUNDIAL, 2022b). As estimações do Banco Mundial consideram que a pobreza cairá para menos de 3% da população até o ano de 2030 – com projeções ainda incertas para o Oriente Médio e Norte da África. Contudo, para atingir essa meta na África Subsaariana, o panorama prevê que cada país da região precisa apresentar um crescimento de até oito vezes mais da taxa média anual de crescimento alcançado entre 2010 e 2019 (BANCO MUNDIAL, 2022b). Não é um cenário favorável para a superação do problema, correndo graves riscos de não ser cumprido, dado a dificuldade de observar tais mudanças em um curto período.

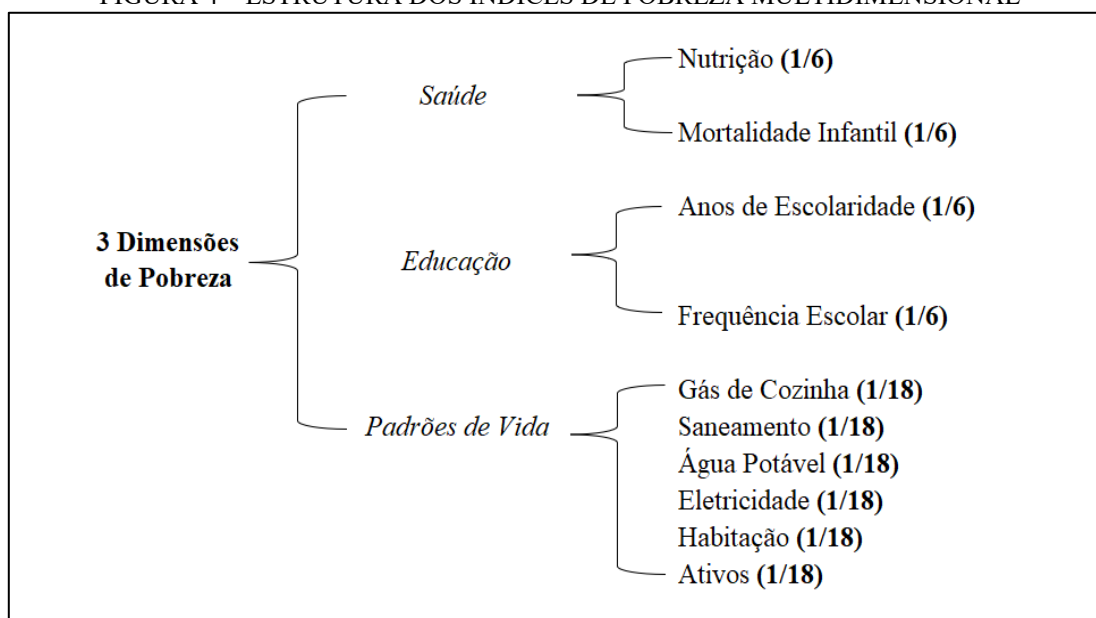
3.2 ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Analisar a pobreza monetária é importante, uma vez que demonstra a falta de controle sobre os recursos financeiros (SANTOS, 2019). Todavia, analisar a pobreza somente pela ótica da renda exclui outras análises que podem ter significativa relevância. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) visa a preencher as limitações que as medidas de pobreza monetária, por sua vez, deixam em aberto.

O consenso sobre a renda monetária ser insuficiente para tratar o tema da pobreza advém de enfoques diversos, além dos acordos globais, incluindo os próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem a privação da pobreza em um aspecto mais amplo (SANTOS, 2019). O IPM é uma metodologia em que é possível incorporar diversos critérios e indicadores, sendo mais apropriado para o estudo da realidade de uma determinada região ou território. Entende-se que a pobreza não é somente indicada pela renda, ou pela falta dela, e sim, por diversos fatores que geram exclusão social (SANTOS, 2019).

Não é o objetivo do trabalho apresentar a formulação do índice, por isso, a fins de resultado, temos que a metodologia resultante no cálculo do IPM é o produto de duas medidas: a incidência da pobreza e a sua intensidade (PNUD, 2022). Portanto, os IPMs são sensíveis a estes dois componentes, variando de 0, que seria a ausência de pobreza, a 1, que seria a situação de pobreza extrema. O IPM Global foi lançado no ano de 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (PNUD), com a proposta de mensurar e complementar a análise da renda monetária para definição da pobreza. Além disso, o indicador do PNUD demonstra 10 indicadores de pobreza, sendo medidos em 3 dimensões diferentes. A FIGURA 4 mostra como estrutura um índice de pobreza multidimensional.

FIGURA 4 – ESTRUTURA DOS ÍNDICES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL



FONTE: O Autor com base em PNUD (2022).

De acordo com a FIGURA 4, as três dimensões da pobreza multidimensional são a saúde, educação e padrão de vida. Cada uma destas três dimensões possui 10 indicadores específicos, conforme as destacadas na imagem. Em saúde, utiliza-se a nutrição e a mortalidade infantil; em educação, utiliza-se anos de escolaridade e frequência escolar; e padrões de vida consideram gás para cozinhar, saneamento básico, água potável, eletricidade, habitação e ativos. Um diferencial deste índice que o torna tão significativo é a capacidade de analisar como a pobreza multidimensional se altera de acordo com as regiões e grupos em que se estuda (PNUD, 2022).

Assume-se, para o estabelecimento de um IPM nacional, o propósito de monitorar a evolução da pobreza de forma multidimensional, em medidas que sejam representativas para a população (SANTOS, 2019). Para isso, a medida estabelecida em um país deve ser legítima, ou seja, deve ser considerada adequada pela própria população para medir a pobreza. Este ponto afeta o processo de como o IPM deve ser projetado, uma vez que o processo deve conter o apoio público e a visão de uma variedade de partes interessadas, como pessoas em situação de pobreza e da sociedade civil em geral. Não se deve apenas considerar a opinião de especialistas e teóricos políticos para a construção de um IPM (SANTOS, 2019).

Uma segunda situação fundamental a ser considerada deve ser o espaço em que a pobreza será medida (SANTOS, 2019). A escolha do espaço está intimamente relacionada ao conceito de bem-estar. Como um IPM pode ser construído com indicadores de diferentes naturezas (SANTOS, 2019), é necessário que os tipos de indicadores utilizados reflitam o bem-estar de maneira mais adequada para aquele determinado país ou região.

Duas categorias são amplamente difundidas como espaços para os IPMs: recursos e funcionamento (SANTOS, 2019). Os recursos, que podem ser considerado o maior espaço para avaliação do bem-estar (SANTOS, 2019), referem-se aos bens e serviços que permitem a satisfação das necessidades de uma população, podendo o dinheiro ser considerado um desses recursos – ainda que amplo. O funcionamento, por sua vez, reflete em realizações efetivas e liberdade de escolha. Para medir a capacidade de acesso aos recursos, este espaço requer um conjunto distinto de indicadores, por exemplo, avaliar as competências cognitivas de um indivíduo, e não o seu acesso à escola, ou ainda, avaliar o estado nutricional, não o seu nível de consumo de alimentos (SANTOS, 2019).

Ainda assim, as fontes ainda não estão próximas de oferecer uma ampla série de dados a respeito da pobreza. Na prática, os indicadores de desempenho são, usualmente, combinados a

indicadores de acessos aos recursos, para usar de forma mais adequada os dados disponíveis (SANTOS, 2019). O pensamento a respeito da pobreza multidimensional é novo, sendo ainda não amplamente utilizado por todos os países. Ainda assim, conclui-se que este indicador demonstra, de forma mais eficaz, a complexidade de pensar o desenvolvimento econômico e a pobreza no mundo.

3.2.1 Índices de Pobreza Multidimensional na América Latina

Como observado na seção prévia, as medidas de pobreza multidimensional podem ser utilizadas para criar um panorama mais completo da pobreza do que somente a análise da renda. O IPM permite discorrer sobre o nível de pobreza de diferentes zonas e subgrupos de uma determinada região ou país. Além disso, o índice permite analisar a pobreza de forma interligada, por perfis de privações, que podem ser combinados de diferentes maneiras. Deste modo, a medida garante a criação de políticas públicas mais eficazes no combate à pobreza e centradas na raiz do problema da região ou país em específico.

Segundo a ONU, mesmo antes da pandemia de COVID-19 e da atual crise, estimava-se que 1,2 bilhão de pessoas em 111 países em desenvolvimento estavam vivendo em situação de pobreza multidimensional (ONU NEWS, 2022). Esta estimativa representa quase o dobro do número de pessoas nesta situação, quando analisados, por exemplo, por linhas de pobreza, que estabelece que a definição de pobreza extrema é receber menos de US\$1,90 ao dia (ONU NEWS, 2022). Esta noção ajuda a compreender a importância de refletir sobre parâmetros multidimensionais, uma vez que, ao considerar outras carências da população, tem seu estudo ampliado. Na região da América Latina, 11 países adotaram um IPM nacional oficial, sendo eles, por ordem de ano de adoção⁴: México, Colômbia, Chile, El Salvador, Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, República Dominicana, Guatemala e, o mais recente, Paraguai. Sua expansão foi significativa nos países latino-americanos nos últimos anos, tendo 9 dos 11 países adotado a métrica a partir de 2015.

A seguir, o QUADRO 1 apresenta, para os países que compõem esta análise, as dimensões e a data de adoção dos IPMs nacionais.

QUADRO 1 – DIMENSÕES DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

⁴Dados de acordo com o *Multidimensional Poverty Peer Network* (MPPN).

País	Data de adoção de IPM Nacional	Dimensão
Chile	Janeiro, 2015	Educação, saúde, trabalho e segurança social, habitação e meio ambiente, redes e coesão social
Colômbia	Agosto, 2011	Educação, condições da infância e da juventude, trabalho, saúde, serviços públicos e moradia.
México	Dezembro, 2009	Renda, defasagem educacional, privações de acesso a serviços de saúde, previdência social, acesso e qualidade à moradia e acesso a alimentos.

FONTE: O Autor (2023).

De acordo com o QUADRO 1, nota-se que há diferenças entre a forma de dimensionar a pobreza em cada uma das nações citadas. Como o IPM nacional é uma medida local, a análise foca em representar o fenômeno da pobreza de acordo com a forma que o país a assimila, ou seja, considerando os fatores que são importantes para aquela nação em específico. Para os quatro países latino-americanos utilizados como pontos focais de análise gráfica deste estudo, o Brasil é o único que ainda não adotou índices de pobreza multidimensionais nacionais. Os outros países, México, Chile e Colômbia, adotaram o método em anos diferentes, a fim de mensurar a pobreza de forma mais precisa, com foco nas dimensões dos problemas enfrentados nas respectivas nações.

Isso não significa, entretanto, que não seja possível mensurar a pobreza multidimensional no caso brasileiro, significa apenas que o país não adota estas dimensões oficiais. Para o caso brasileiro, embora não tenha sido definido um IPM nacional, há diversas iniciativas que estão sendo colocadas em prática, a fim de estabelecer quais seriam as dimensões relevantes a ser analisadas para medir a pobreza no país. Barros, Carvalho e Franco (2006) deram início a esta discussão no cenário brasileiro, tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). O índice proposto neste estudo considera seis dimensões da pobreza: carências habitacionais, desenvolvimento infantil, escassez de recursos, dificuldade de acesso ao trabalho, falta de acesso ao conhecimento e ausência de vulnerabilidade. Nota-se que, na maior parte das dimensões estabelecidas por cada um destes países, a renda compõe um parâmetro, entretanto não se limita a ela, para a mensuração de pobreza.

A fim de padronizar as dimensões de pobreza multidimensional utilizadas nesta análise, os resultados que serão apresentados na sequência estão focados nas dimensões de pobreza e indicadores contemplados pelo PNUD (vide FIGURA 4). Deste modo, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os países, utilizando as dimensões de saúde, padrão de vida e educação. Os indicadores podem ser analisados em perfis de privação, dessa forma, a pobreza é vista por um cenário multifacetado (PNUD, 2022).

A região da América Latina e o Caribe, por exemplo, possui o total de 642 perfis de privação, que seria a soma de duas ou três dimensões de pobreza multidimensional. O perfil mais comum nos países latino-americanos faz referência à privação em nutrição, que abarca cerca de 13,8% da população pobre na região latino-americana. Cerca de 2,4% da população latino-americana possui privação em todos os indicadores de padrão de vida. Além disso, somando-se a privação de mortalidade infantil e saneamento, 5,3% da população pobre vive nesta condição na região. Os povos indígenas estão entre os mais pobres da região (PNUD, 2022).

A seguir, a TABELA 5 mostra, de acordo com os dados do relatório do PNUD, o valor do IPM global, a população vivendo em pobreza multidimensional e o percentual em que cada dimensão afeta o cenário de privação.

TABELA 5 – POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA AMÉRICA LATINA, POR DIMENSÃO DE PRIVAÇÃO

País/Região	Valor do IPM	População em Pobreza Multidimensional*	Saúde (%)	Educação (%)	Padrão de Vida (%)
América Latina e Caribe	0,027	37.374	39,8	24,9	35,3
Brasil	0,016	8.191	49,8	22,9	27,3
Colômbia	0,020	2.468	12,0	39,5	48,5
México	0,028	9.316	79,4	7,3	13,3

FONTE: O Autor com base em PNUD (2022).

*A população corresponde aos dados de 2020 e está em milhões de pessoas.

De acordo com a TABELA 5, é possível concluir que a dimensão que mais afeta a pobreza multidimensional na região da América Latina e Caribe é a saúde, que corresponde a 39,8% da população pobre e possui como indicadores a nutrição e a mortalidade infantil. Em seguida, a segunda dimensão mais indicada é na privação dos padrões de vida, com 35,3% da população pobre. Por último, a dimensão da educação é a que menos afeta, atualmente, a região, com 24,9% da população. Nota-se que, com exceção da Colômbia, os outros países também são mais afetados pela questão da saúde, principalmente devido à pandemia de COVID-19. No México, a dimensão da saúde possui um grande destaque, representando 79,4% da população pobre sofrendo privações em relação à nutrição e/ou mortalidade infantil. O Chile não teve seus dados publicados no relatório do PNUD 2022.

Ao todo, na América Latina, são mais de 37 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza multidimensional. Somente o México e Brasil já são responsáveis por pouco menos que a metade da população vivendo nesta condição, o que mostra o risco da pobreza multidimensional nestes países. Ambos os países são mais afetados pelas privações em condições de saúde e padrões

de vida. Ainda mais, o conjunto de privações que mais possui pessoas pobres latino-americanas é o composto por privação de gás para cozinha, saneamento e habitação. O grupo de pessoas na América Latina vivendo com estas três privações ao mesmo tempo, é composto por aproximadamente 25% da população pobre. Desta forma, é praticável pensar que, para a superação da pobreza latino-americana, estas são as dimensões que precisam ter um foco maior nas políticas públicas adotadas em seu combate.

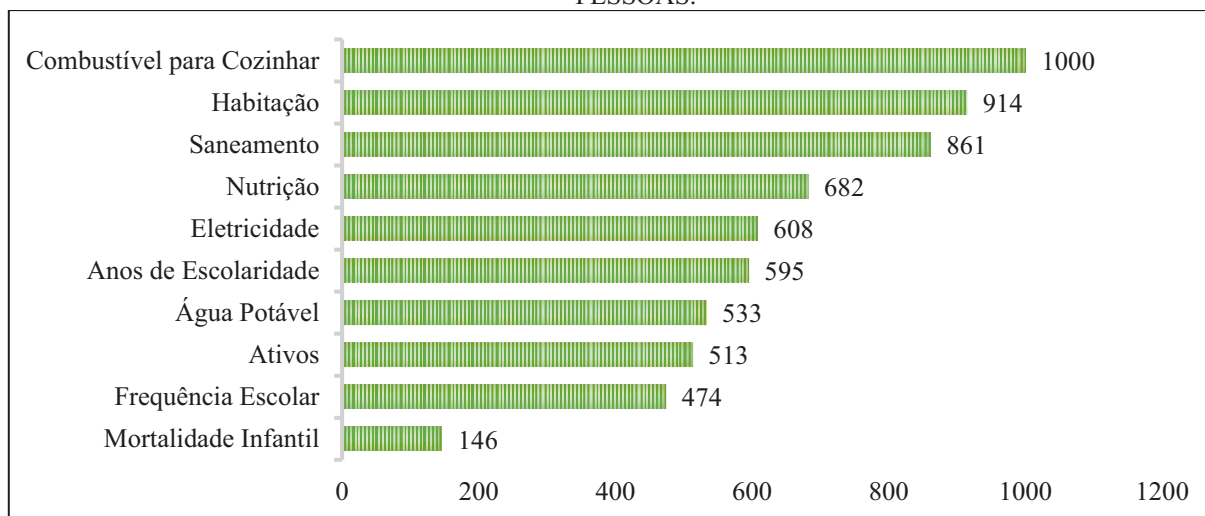
3.2.2 Pobreza multidimensional: América Latina e o restante mundo

Os índices de pobreza multidimensional, embora seja uma forma mais recente de pensar a pobreza, vem ganhando destaque no panorama mundial (PNUD, 2022) e, conseqüentemente, cada vez mais países adotam-no para a mensuração nacional do problema. A proposta de um índice que permita fazer análise comparativa entre os níveis de pobreza multidimensional dos países foi proposta pela Universidade de Oxford e adotada pelo PNUD. Em 2022, o programa divulgou o Índice Global de Pobreza Multidimensional, que abrangeu 6,1 bilhões de pessoas em 111 países. O relatório reitera a existência de 1,2 bilhão de pessoas vivendo em situação de pobreza multidimensional, sendo 593 milhões, pouco menos que a metade desta população, pessoas com 18 anos ou menos (PNUD, 2022).

Segundo o relatório, a pandemia de COVID-19 foi responsável por um atraso no combate à pobreza mundial que pode chegar a 10 anos (PNUD, 2022). Dentre os impactos negativos da COVID-19 que contribuíram para o aumento da pobreza, pode-se citar: escassez de alimentos e água para as famílias; o comprometimento do desenvolvimento educacional, com o fechamento de escolas; aumento do desemprego e informalidade; e a falta de acesso das famílias devido ao distanciamento físico (PNUD, 2022).

Em média, alunos de todo o mundo perderam meio ano escolar durante a pandemia e, mesmo nos lugares em que a frequência retomou o aumento brevemente, o processo de aprendizagem ainda foi afetado de forma negativa. Algumas das crianças ainda não retomaram à escola. Além disso, em relação à questão de segurança alimentar, sugere-se que, em 2021, aumentou para 193 milhões o número de pessoas em situação de crise por falta de alimento (PNUD, 2022). O número de pessoas pobres vivendo em situação de privação em cada indicador pode ser observado no GRÁFICO 5.

GRÁFICO 5 – PRIVAÇÕES DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO MUNDO, EM MILHÕES DE PESSOAS.

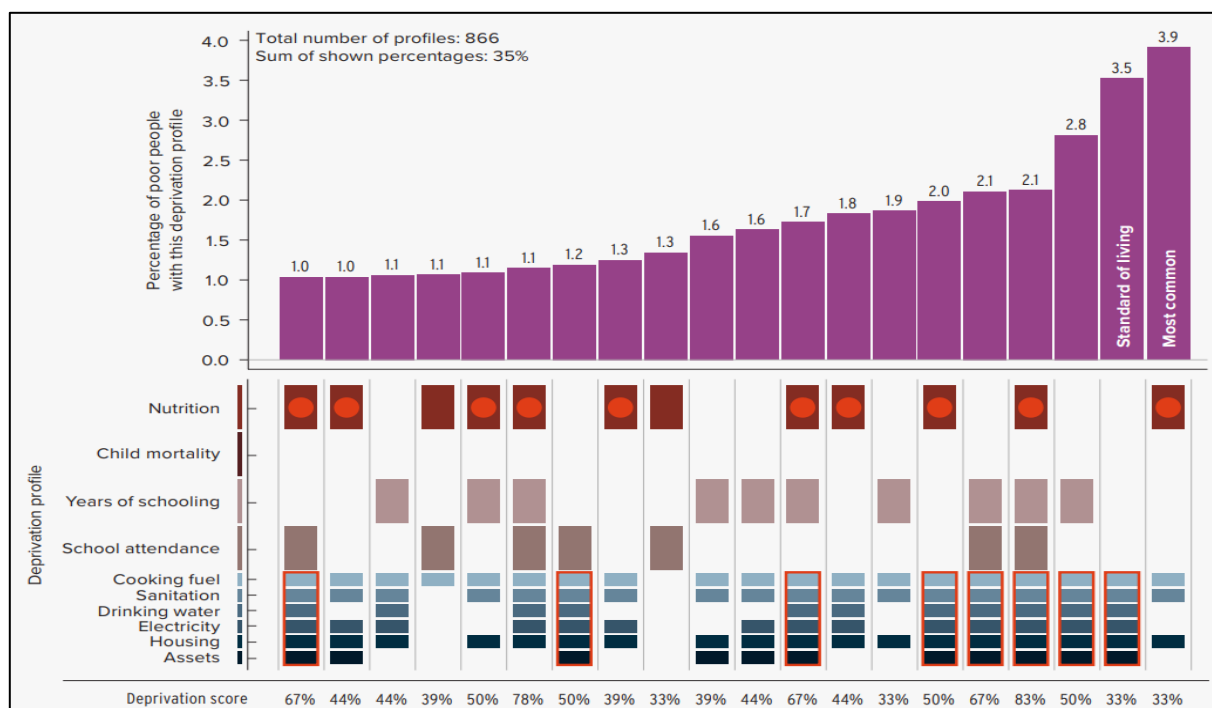


FONTE: O Autor com base em PNUD (2022)

Estas são algumas das visões que a multidimensionalidade da pobreza pode tomar para considerar o acesso da população e à qualidade de vida. O GRÁFICO 5 demonstra que o número de pessoas pobres no mundo em cada indicador varia de 146 milhões, no caso de famílias que perderam pelo menos uma pessoa com menos de 18 anos nos últimos 5 anos, a 1 bilhão de pessoas que não possuem gás para cozinhar. O GRÁFICO 5 mostra, ainda, que 533 milhões de pessoas não possuem acesso à água potável e 861 vivem sem saneamento básico. Além disso, 437,1 milhões de pessoas são privados de ambos os indicadores, sendo que 330,4 milhões destas pessoas estão localizadas na África Subsaariana (PNUD, 2022).

Os perfis de privação ajudam na assimilação de quais são as métricas mais importantes a serem tomadas a fim de uma superação da pobreza multidimensional em determinada região. Uma análise extremamente interessante da pobreza multidimensional é a capacidade de analisar os perfis de privação em pacotes (PNUD, 2022). Afinal, alguns dos problemas que afeta determinada região, podem não afetar diretamente uma outra região, por exemplo. A seguir, a FIGURA 5 mostra os perfis de privação mais comuns em pessoas pobres em todos os 111 países analisados em todo o mundo.

FIGURA 5 – PERFIS DE POBREZA MAIS COMUNS ENTRE A POPULAÇÃO POBRE NO MUNDO



FONTE: PNUD (2022, p. 7)

De acordo com a FIGURA 5, por exemplo, 3,9% da população em situação de pobreza multidimensional no mundo, tem privação no indicador de nutrição, o que reflete a dimensão de saúde, e privação de gás para cozinhar, saneamento e habitação, que refletem na dimensão de padrão de vida. Estes são os perfis mais comuns de pobreza multidimensional quando se atenta ao panorama mundial. Observa-se que a 3,5% da população pobre possui privação de todos os seis indicadores de padrão de vida.

A FIGURA 5 também mostra o risco de 2,1% da população pobre, que, além de ser privada de todos os indicadores na dimensão de padrão de vida e educação, sofrem de privação do indicador de nutrição. Estes números refletem uma condição extrema da pobreza na população observada. Nota-se, ainda, que entre os perfis mais comuns em todo o mundo, há uma alta incidência de perfis de privação na dimensão de padrão de vida, ou seja, a maioria dos pobres no mundo não tem acesso a gás de cozinha, saneamento, água potável, eletricidade, habitação e ativos, que podem ser definidos como celular, rádio, TV, por exemplo.

Em todo o mundo, 4,1 milhões de pessoas sofrem privações em todos os 10 indicadores do IPM (PNUD, 2022). Cerca de 3,8 milhões dessas pessoas vivem na África Subsaariana, que é, de fato, a região do mundo mais afetada pela pobreza multidimensional. Esta região apresenta um total de 768 perfis de pobreza, majoritariamente afetada por problemas que afetam à qualidade de

vida, sendo que os perfis mais comuns envolvem a falta de saneamento, água potável, gás para cozinhar e habitação. Estima-se que 3,9% da população vivendo na África Subsaariana possui privação de água potável e condições de saneamento (PNUD, 2022). A situação desta região é a mais delicada em todo o mundo.

A situação da África Subsaariana e de outras regiões do mundo pode ser observada de acordo com a TABELA 6, que mostra como as macrorregiões se comportam de acordo com as dimensões de privação, além de demonstrar o percentual de pobreza multidimensional que cada região corresponde na pobreza mundial.

TABELA 6 – POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO MUNDO, POR DIMENSÃO DE PRIVAÇÃO

País/Região	Valor do IPM	% da Pobreza Multi-dimensional Mundial	População em Pobreza Multi-dimensional*	Saúde (%)	Educação (%)	Padrão de Vida (%)
África Subsaariana	0,286	53,4	578.765	21,9	29,5	48,6
América Latina e Caribe	0,027	6,3	37.374	39,8	24,9	35,3
Estados Árabes	0,074	15,1	51.444	26,1	34,3	39,6
Europa e Ásia Central	0,004	1,0	1.109	53,2	24,6	22,2
Leste Asiático e Pacífico	0,022	5,3	108.651	27,9	35,2	36,8
Sul da Ásia	0,091	20,5	385.103	28,0	33,7	48,6

FONTE: O Autor com base em PNUD (2022)

Nota-se, de acordo com a TABELA 6, que a África Subsaariana é responsável por mais da metade da pobreza multidimensional mundial, com quase 579 milhões de pessoas. Em seguida, o sul da Ásia se destaca com 385 milhões de pessoas nesta condição, o que reflete em 20,5% da população pobre, em parâmetros multidimensionais, no mundo. As duas regiões são mais impactadas nas dimensões de padrões de vida, o que reflete em situações como insegurança alimentar e dificuldade de acessos. Dentre as regiões destacada, a América Latina e Caribe refletem a quarta região mais afetada pela pobreza multidimensional no mundo, com 6,3% do total mundial. A região menos afetada pela pobreza é a Europa e Ásia Central, que concentram 1% desta população.

Os indicadores que compõe a dimensão de padrão de vida são aqueles que apresentam número mais alto de pessoas em situação de privação, de modo geral. Com exceção da América Latina e da Europa e Ásia Central, que a população pobre sofre de privações mais impulsionadas questão de acesso à saúde, as outras regiões sofrem com privações consideráveis nos indicadores

de padrão de vida. Isso ajuda a identificar em qual dimensão a pobreza está mais concentrada, devendo ser este o ponto focal no combate à pobreza multidimensional.

Em termos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a meta primeira do ODS 1 é a erradicação de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, ou seja, abaixo da linha monetária de US\$ 1,90 por dia. A segunda meta é reduzir, pelo menos, à metade, o número de pessoas vivendo na pobreza em todas as suas dimensões. Esta segunda meta é, certamente, reflexo do crescimento a respeito do pensamento da pobreza multidimensional. De acordo com o PNUD (2022), a meta é possível de ser cumprida até o ano de 2030.

Cada vez mais países tem feito a adoção de IPMs nacionais, como forma de buscar alternativas para o mapeamento e posterior superação da pobreza. Destaca-se que esta adoção pode complementar a análise por critérios de renda, já amplamente utilizada nos países para medição de pobreza. Afinal, ajuda os países na construção de políticas públicas mais efetivas para o seu combate. Cabe ressaltar que a adoção de IPM como medida nacional não significa necessariamente à superação do problema, entretanto, abre espaço para análises mais detalhadas e profundas, evidenciando a pobreza em todas as suas formas.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, buscou-se percorrer para além de apresentar os conceitos e os indicadores, apontando algumas das causas históricas da pobreza latino-americana e percorrendo até os dias atuais. A América Latina é uma região que vivenciou a alta incidência de pobreza em toda a sua história. No início dos anos 2000, a região apresentava os índices mais altos de pobreza e pobreza extrema das últimas duas décadas, entretanto, foi observado, para a América Latina, uma redução consistente nestes indicadores até o ano de 2014. O cenário de pobreza retoma a tendência ao crescimento a partir de 2015, ganhando ainda mais destaque no ano de 2020, dado à crise impulsionada pela pandemia de COVID-19, principalmente.

Em termos de medição da pobreza, dois índices distintos – e complementares – foram estudados: linhas de pobreza e pobreza multidimensional. O critério da renda, embora seja um fator central em diversas discussões sobre o tema, pode ser entendido, em outros casos, como insuficiente para investigar a pobreza. Existem mais dimensões relevantes que acabam sendo excluídas desta análise. Entre as principais, cabe destacar a saúde, a educação e o acesso a condições dignas de moradia e alimentação. É fato, portanto, que as duas métricas têm significativa relevância. A linha de pobreza é amplamente utilizada, ainda que a métrica possua suas limitações. Desta forma, a proposta de medir por parâmetros multidimensionais permite uma amplitude nesta análise.

Por ser uma medida relativamente nova, os IPMs nacionais ainda não foram adotados por toda a região latino-americana, embora tenha sido observado um crescimento considerável de países fazendo adesão à métrica desde 2015. O Brasil, por exemplo, é um destes casos em que a pobreza ainda é medida oficialmente apenas por linhas de pobreza e pobreza extrema. Cabe ressaltar que a adoção de um IPM nacional não significa a superação da pobreza na região, significa, apenas, que considera mais dimensões além da renda, o que permite análises mais significativas e completude para o estudo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número um da Agenda 2030 da ONU, certamente, é influenciado tanto pelas linhas de pobreza, quanto pela sua análise multidimensional. A meta número um do ODS 1 refere-se à erradicação de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, conforme a linha definida pelo Banco Mundial de US\$ 1,90 por dia e por pessoa. Já a meta número dois, refere-se à redução, pelo menos, à metade, do número de pessoas vivendo em

pobreza multidimensional. Estes objetivos são norteadores para o mundo, em um compromisso assumido em 2015 pelos países-membros da ONU, de 17 objetivos para a construção de um mundo melhor até o ano de 2030. Assume-se, em termos de erradicação de pobreza, que a pandemia apresenta uma grande ameaça ao não cumprimento das metas definidas no ODS 1 até o período desejado.

A nível mundial, a África Subsaariana é a região com maior incidência de pobreza – uni e multidimensional – no mundo. O compromisso com a erradicação da pobreza mundial também tem um trabalho significativo a ser realizado neste continente, que foi intensamente marcado pela desigualdade. Regiões que, historicamente, são tidas como periféricas ao capitalismo, muitas vezes apresentam dificuldades na superação de crises, o que este estudo evidenciou tanto para a América Latina, quanto para outras regiões amplamente marcadas pelo cenário de pobreza.

Voltando-se ao cenário da América Latina, apesar de já existir debates sobre uma possível superação da pandemia, os níveis de pobreza e pobreza extrema ainda não retomaram aos níveis que se observava em 2019. Com a instabilidade do cenário mundial diante da pandemia a partir de 2020 e, mais recentemente, com a crescente inflação e os impactos da guerra da Ucrânia em 2022, a região esteve exposta a um cenário que não era favorável à redução da pobreza. Embora a pobreza extrema tenha demonstrado uma ligeira redução em 2021, dada a recuperação da atividade econômica, a região ainda não conseguiu se estabilizar com as oscilações do mercado e às crises externas.

Tratando-se de critérios de renda monetária, o incremento de 2,4% e 1,7% da população latino-americana vivendo, respectivamente, abaixo da linha de pobreza e pobreza extrema, observado entre os anos de 2019 e 2020, representam um retrocesso de dez anos em relação ao seu combate. Além disso, analisando os critérios multidimensionais, é possível observar tendências apresentadas pela população pobre latino-americana. Dentre as principais carências, pode-se considerar a falta de acesso à nutrição, ao gás para cozinhar, à habitação e a saneamento básico, entre outros indicadores, escancarando lacunas que, há tempos, vem sendo combatidas pela região.

Inferese, ainda, que a crise econômica, social e sanitária, ocasionada pela COVID-19, foi responsável por um aumento não previsto da pobreza em todo o mundo. Para os países latino-americanos, foco central deste estudo, embora os níveis de pobreza apresentassem uma tendência ao crescimento desde 2015, os impactos sociais da crise pandêmica foram capazes de intensificar ainda mais os indicadores previamente observados. O cenário deixado pela pandemia de COVID-

19, em 2023, marca o terceiro ano consecutivo desde o seu início e, ainda, não é apontado fatores que indiquem a superação real do problema para a região.

Este trabalho focou em fazer uma análise dos indicadores de pobreza na América Latina. Entretanto, ainda há espaço para o desenvolvimento de mais estudos que visem a complementar apenas a visão destes indicadores. Temas que tratem as causas históricas da pobreza na América Latina, a questão do desenvolvimento e alternativas para a superação da crise pandêmica, dado o cenário atual, podem ser de extrema importância para o estudo científico. Portanto, dado a relevância e emergência do tema, bem como a escassez de materiais sobre o assunto, sugere-se que sejam desenvolvidos novos estudos que busquem correlacionar a pobreza e a COVID-19.

Finalmente, é necessário ressaltar a América Latina apresenta um desafio grande nos próximos anos para retomar um cenário de redução da pobreza, como o que era observado até o ano de 2014. Conclui-se que a crescente adoção de medidas multidimensionais como oficiais pelos países, para a medição da pobreza, possa refletir positivamente em seu posterior combate. A pandemia afeta, principalmente, os mais vulneráveis e marginalizados, em relação ao acesso restrito dessa população à informação. Para combater a pobreza e, finalmente, superar a crise deixada pela pandemia, é fundamental que existam esforços no sentido de criação de políticas públicas que protejam a população e garantam o acesso à renda e condições mínimas de vida digna na América Latina.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Global Economics Prospects**. 2022a. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37224>>. Acesso em: 02 Dez 2022.

BANCO MUNDIAL. **Poverty**. 2022b. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty>>. Acesso em: 15 Dez 2022

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil. Mirando o futuro após duas crises**. Sumário Executivo. Washington D.C.: Banco Mundial. 2022c. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/relatorio-de-pobreza-e-equidade-no-brasil-mirando-o-futuro-apos-duas-crises>>. Acesso em: 31 Jan 2023.

BARROS, P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Trabalho para Discussão 1227**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2006.

BORGES, B. **A magnitude do “choque Covid-19” no PIB dos países em 2020**. Blog do IBRE. 15 Jan 2021. Disponível em: <[A magnitude do “choque Covid-19” no PIB dos países em 2020 | Blog do IBRE \(fgv.br\)](#)>. Acesso em: 15 Dez 2022.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. IPEA. Brasília, (Texto para discussão n. 1332). 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf>. Acesso em: 18 Mai 2022.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), **Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P)**, Santiago, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/S1900909_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 Mar 2022.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), **Panorama Social da América Latina 2020, (LC/PUB.2021/3-P)**, Santiago, 2021a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/S2000967_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 Mar 2022.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPALb), **Revista CEPAL, N° 132 (LC/PUB.2021/4-P)**, Santiago, 2021b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46838/RVE132_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 04 Nov 2022.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2021**. Janeiro De 2022a. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/47719-social-panorama-latin-america-2021>>. Acesso em: 15 Mar 2022.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2022**. Latin America, Dezembro de 2022b. Disponível em: <

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48609/S2200949_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 07 Jan 2023.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, art. 3, p. 1-12, 2002. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/30319/a-pobreza-como-um-fenomeno-multidimensional>>. Acesso em: 18 Mai 2022.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003-072125/pt-br.php>> . Acesso em: 16 Set 2022.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

GOVERNO FEDERAL. **Extrema pobreza no Brasil atingiu menor patamar da história em 2020, indica estudo**. 08 Nov 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/11/extrema-pobreza-no-brasil-atingiu-menor-patamar-da-historia-em-2020-indica-estudo>>. Acesso em: 31 Jan 2023.

HASSEL, J. **From \$1.90 to \$2.15 a day: the updated International Poverty Line**. *Our World in Data*. Out 2022. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/from-1-90-to-2-15-a-day-the-updated-international-poverty-line>>. Acesso em: 30 Jan 2023.

KLICKSBERG, B. **América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. Unesco, 2002. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130853>>. Acesso em: 23 Mai 2023

ONU NEWS. **ONU divulga relatório como “novos perfis de pobreza” e ações para enfrentá-los**. 17 de outubro de 2022. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803862> >. Acesso em: 10 Jan 2022.

Organización Panamericana de la Salud (OPS). **Salud en las Américas, 2022. Panorama de la Región de las Américas en el contexto de la pandemia de COVID-19**. Washington, DC. 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/56471/OPASEIHH220024_spa.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 02 Dez 2022.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, 3. ed. FGV Editora, 2006.

SALAMA, P. Estagnação econômica, desindustrialização e desigualdade: diferentes trajetórias na América Latina. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, SP,

v. 2, n. 00, p. e020006, 2020a. DOI: 10.20396/rbest.v2i.14258. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/14258>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SALAMA, P. Notas sobre las ocho plagas latinoamericanas. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v. 11, n. 20, p. 247-261, 1 Abr 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5886/588663787015/588663787015.pdf>>. Acesso em: 30 Nov 2022.

SANTOS, M. E. Desafios en el diseño de medidas de pobreza multidimensional. **Series Estudios Estadísticos No. 100**, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, (CEPAL), 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44583/S1900160_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jan. 2023.

UNITED NATIONS. **THE 17 GOALS**. 2015a. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/goals>>. Acesso em: 29 Dez 2022.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015b. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>>. Acesso em: 29 Dez 2022.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2022**. 2022. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2022.pdf>>. Acesso em: 02 Jan 2023.

UNPD. **Global Multidimensional Poverty Index 2022. Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty. 2022**. Disponível em: <https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/G-MPI_Report_2022_Unpacking.pdf>. Acesso em: 30 Jan 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 2022. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 02 Dez 2022.